

**RELATÓRIO DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DO PLANO DECENAL DOS
DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DO ESTADO DO PARANÁ¹**

2016

¹ Relatório elaborado pela Coordenação da Política da Criança e do Adolescente (CPCA/SEDS). Responsável técnico: Gustavo Henrique de Souza.

“[...] um planejamento a longo prazo, como é o Plano Decenal, deve acompanhar a realidade social, por isso é um processo dinâmico e flexível, podendo ser ajustado ao longo do tempo sempre que necessário.”²

² PARANÁ. Comitê Interinstitucional de Elaboração, Implementação e Acompanhamento do Plano Decenal dos Direitos da Criança e do Adolescente. Secretaria da Família e Desenvolvimento Social. **Plano Decenal dos Direitos da Criança e do Adolescente do Estado do Paraná: 2014-2023**. Curitiba, 2013. P. 40.

Sumário

1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS.....	4
2. DO MÉTODO.....	8
3. DA ANÁLISE DOS DADOS.....	12
3.1. CONSIDERAÇÕES DE MONITORAMENTO.....	12
3.2. DAS PROPOSTAS E RESPONSÁVEIS.....	18
3.3. DOS ELEMENTOS E INTERVENÇÕES.....	21
3.3.1. DO PLANO DE AÇÃO.....	21
3.3.1.1. EIXO 1 – VIDA E SAÚDE.....	22
3.3.1.2. EIXO 2 – LIBERDADE, RESPEITO E DIGNIDADE.....	24
3.3.1.3. EIXO 3 – CONVIVÊNCIA FAMILIAR E COMUNITÁRIA.....	26
3.3.1.4. EIXO 4 – EDUCAÇÃO, ESPORTE, CULTURA E LAZER.....	28
3.3.1.5. EIXO 5 – PROFISSIONALIZAÇÃO E PROTEÇÃO NO TRABALHO.....	30
3.3.1.6. EIXO 6 – FORTALECIMENTO DAS ESTRUTURAS DO SGD.....	32
3.3.1.7. TOTAIS POR EIXOS.....	34
3.3.1.8. TOTAIS GERAIS.....	35
3.3.2. DOS RESPONSÁVEIS.....	37
3.3.2.1. SEDS.....	38
3.3.2.2. SESA.....	38
3.3.2.3. SEED.....	39
3.3.2.4. SESP.....	39
3.3.2.5. SEES.....	40
3.3.2.6. SETU.....	40
3.3.2.7. TJPR.....	41
3.3.2.8. Fórum DCA.....	41
3.3.2.9. CEDCA/PR.....	42
3.3.2.10. SEJU.....	42
3.3.2.11. SEEC.....	43
3.3.2.12. MPPR.....	43
3.3.2.13. SETI.....	44
3.3.2.14. ALEP.....	44
3.3.2.15. SECOPA.....	45
3.3.2.16. SEAB.....	45
3.3.2.17. SETS.....	46
3.3.2.18. SECS.....	46
3.3.2.19. TOTAIS POR RESPONSÁVEIS.....	47
3.3.3. DA NATUREZA DAS INTERVENÇÕES.....	51
3.3.4. DAS MOTIVAÇÕES PARA INTERVIR.....	57
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	60

1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS

O presente relatório constitui uma das etapas do processo de monitoramento e avaliação do Plano Decenal dos Direitos da Criança e do Adolescente do Estado do Paraná³. Este processo encontra amparo no quinto e último capítulo do Plano Decenal, denominado Acompanhamento, Monitoramento e Avaliação. Além de definir o fluxo de acompanhamento das ações, tal capítulo indica responsabilidades de monitoramento e prevê indicativos para realização de avaliações do processo e resultado do Plano Decenal, instituindo, assim, a previsão de realização periódica do processo de monitoramento e avaliação e, ainda, uma avaliação final.

Neste sentido, vale lembrar que o Cronograma de execução do Plano Decenal prevê a realização deste processo nos anos de 2016, 2018, 2020, 2022 e, ainda, uma avaliação final em 2023, que contemplará o processo e resultado da execução do Plano Decenal como um todo, abrangendo seu período de vigência de modo integral quanto à efetividade das políticas públicas e apresentando novos redirecionamentos.

A proposta deste processo, inicialmente, compreende a verificação dos resultados apresentados pelos responsáveis, a fim de mensurar o alcance ou não do planejamento realizado e, a partir daí, identificar e corrigir os pontos a serem melhorados e os que devem ser mantidos. Com isso, torna-se possível a correção de incongruências identificadas no Plano Decenal, através de um processo de discussão e análise das eventuais desconformidades encontradas e a apresentação de propostas de correção, que, caso acatadas, podem alterar, incluir ou excluir qualquer elemento, conforme se verá adiante.

Já a partir de uma perspectiva mais ampla, as atividades de avaliação do Plano Decenal devem envolver um momento reflexivo sobre o processo e resultado da execução do Plano Decenal, de modo a verificar a efetivação das políticas públicas propostas. Assim, diferentemente do processo de acompanhamento, a avaliação se propõe a realizar uma análise mais profunda e modificadora na implementação do Plano de Ação, buscando, com isso, aperfeiçoar a efetividade na execução das ações.

A possibilidade de se propor alterações, redefinições, repactuações e ajustes através da avaliação foi prevista diante da necessidade do Plano Decenal acompanhar as mudanças sociais. Por esta razão, o Plano Decenal deve ser um processo dinâmico e flexível, notadamente diante da ocorrência de modificações na realidade social envolvendo crianças e adolescentes do Estado e, também, nas estratégias adotadas pelos responsáveis para a execução das ações. O Plano Decenal contextualiza e prevê esta possibilidade da

³ Daqui em diante denominado "Plano Decenal".

seguinte forma:

*“Como o Plano Decenal é um planejamento de longo prazo, elaborado com base na realidade da criança e do adolescente no Estado do Paraná até 2012, para alguns indicadores, de acordo com a realidade socioeconômica analisada, deve-se acompanhar as mudanças sociais. Neste sentido, o Plano Decenal deve ser um processo dinâmico e flexível. Por isso, no momento da avaliação, poderão ser propostas alterações, redefinições, repactuações e ajustes necessários, sempre visando à eficácia e efetividade da política pública da criança e do adolescente.”*⁴

O Plano Decenal iniciou sua vigência em 2014. Para acompanhar a execução das ações propostas fora elaborado e aprovado pelo Comitê Interinstitucional de Elaboração, Implementação e Acompanhamento do Plano Decenal dos Direitos da Criança e do Adolescente do Estado do Paraná⁵ um Instrumental de Acompanhamento, do qual resultaram os relatórios anuais de acompanhamento de 2014 e 2015.

A partir desses relatórios, nota-se que desde o início do acompanhamento da execução do Plano Decenal foi possível identificar questões que auxiliaram os responsáveis a realizar, ao longo do processo, uma reflexão contínua e mais apurada quanto à adequação das propostas originais, a fim de aproximá-las à realidade e torná-las exequíveis. Esta reflexão, por sua vez, possibilitou o progressivo amadurecimento daqueles que representavam os responsáveis pela execução das ações, na medida em que passavam a visualizar de forma mais nítida as dificuldades enfrentadas e suas respectivas soluções.

Através das observações apresentadas pelos responsáveis ao longo dos processos de execução e acompanhamento, quando se tornou possível um contato mais íntimo com cada uma das ações, foi possível identificar que algumas estratégias originalmente previstas no Plano Decenal tornaram-se inadequadas ou incompatíveis com a atual realidade vivenciada por cada responsável, emergindo, desde então, a necessidade de ajuste na trajetória do planejamento. Estas observações foram consideradas durante o acompanhamento das ações, conforme se vê do enxerto extraído do Relatório de Acompanhamento do Plano Decenal dos Direitos da Criança e do Adolescente do Estado do Paraná (2014-2023) do ano de 2014, que segue:

“Também levou-se em consideração, na análise, a observação sobre o conjunto das respostas e os registros do que foi realizado por cada Secretaria/Órgão, e também sobre a necessidade de ajustes no alinhamento entre ações, metas, prazos e indicadores previstos no Plano de Ação do Plano Decenal. Essa necessidade de ajuste na trajetória do planejamento não é proposta para esse momento, no entanto, as questões

⁴ Plano Decenal, p. 426.

⁵ Daqui em diante denominado “Comitê”.

levantadas foram registradas para serem consideradas no monitoramento e avaliação do Plano, previstos para ocorrerem a cada dois anos.”⁶

Assim, com o decurso do tempo e a aproximação da teoria à prática, na execução das ações, viu-se que a realidade das políticas e estratégias utilizadas para execução e alcance de algumas ações e metas sofreu alterações, tornando, com isso, a redação originalmente prevista inadequada e, em último caso, incompatível à realidade vivenciada.

Exemplo disso pode ser observado do apontamento registrado no Relatório de Acompanhamento da execução das ações de 2014, quando se verificou, já no primeiro ano de execução do Plano Decenal, haver situações em que a meta não poderia mais ser atribuída ao responsável conforme estipulado no Plano de Ação, uma vez que teria deixado de ser de competência do Estado. O caso analisado reportou uma ação que teria deixado de ser de atribuição da Secretaria de Estado da Saúde e passado para o Município.⁷

Daí é possível concluir que a reflexão envolvida na avaliação do Plano Decenal teve início desde o começo de sua vigência, sendo realizado durante o acompanhamento e monitoramento da execução das ações. No entanto, para garantir a efetiva participação da sociedade civil neste processo, não basta que este momento de reflexão se limite aos responsáveis pela execução das ações.

Assim, visando dar transparência e credibilidade aos trabalhos de monitoramento e avaliação, todo o processo foi publicizado através da divulgação de fluxos junto ao site do Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente – CEDCA/PR⁸, tornando público os procedimentos e prazos adotados.

Nesse contexto, também foi oportunizado à sociedade civil o efetivo exercício de sua atribuição de controle social, viabilizada através da abertura de Consulta Pública pelo Governo do Paraná em conjunto com o CEDCA/PR. A Consulta, amplamente divulgada nos sites da Secretaria de Estado da Família e Desenvolvimento Social – SEDS⁹, da Agência de Notícias do Paraná e do CEDCA/PR, permitiu que a população avaliasse e apresentasse sugestões para o Plano Decenal, disponibilizando, para tanto, instrumental ou formulário de avaliação e revisão do Plano Decenal, que deveria ser preenchido e encaminhado para análise e compilação.

Dando maior amplitude à Consulta Pública, o CEDCA/PR também deliberou pela disponibilização de formulários impressos para a inserção e encaminhamento de propostas de intervenção e revisão do Plano Decenal. Até o fim do prazo (25/11/2016) foram

6 Relatório de Acompanhamento do Plano Decenal dos Direitos da Criança e do Adolescente do Estado do Paraná (2014-2023) do ano de 2014, p. 1.

7 P. 5, nota.

8 Daqui em diante denominado “CEDCA/PR”.

9 Daqui em diante denominada “SEDS”.

recebidas 154 contribuições, que foram analisadas e compiladas para posterior encaminhamento aos responsáveis.

Feitas estas considerações iniciais, passa-se à descrição do método empregado para a elaboração do presente Relatório.

2. DO MÉTODO

Considerando que as ações previstas no Plano Decenal devem ter sua efetiva implementação assegurada e, ao mesmo tempo, envolvem um processo dinâmico e flexível, cuidou-se para que as propostas de alterações fossem apresentadas de modo atento e criterioso, a fim de, por um lado, atender as demandas apresentadas pelos responsáveis e, por outro, não gerar qualquer retrocesso nos avanços que o Plano Decenal conquistou.

Visualizando a oportunidade de realizar o monitoramento e avaliação do Plano Decenal no ano de 2016 e objetivando fazer um registro sólido e sistematizado das observações apontadas pelos responsáveis, incluiu-se uma coluna no Instrumental de Acompanhamento das ações executadas em 2015, denominada “Monitoramento e Avaliação”, a qual oportunizou aos responsáveis a discussão e inserção de observações sobre as fragilidades e avanços encontrados. Os pontos ali inseridos identificaram problemas não apenas na redação dos elementos do Plano de Ação, mas também fragilidades estruturais, relativas à incompatibilidade da meta com a ação proposta e indicadores de resultado, ou em relação à nova realidade encontrada pelo responsável.

A inserção desta nova coluna, conforme descrito no Relatório Anual de Acompanhamento do Plano Decenal dos Direitos da Criança e do Adolescente do Estado do Paraná 2015, teve por escopo o apontamento das primeiras inconsistências encontradas, conforme segue:

“Esta coluna corresponde ao apontamento das primeiras inconsistências encontradas pelos responsáveis no Plano de Ação, seja no alinhamento das metas às ações e aos objetivos, em relação às fragilidades dos indicadores de resultado (tal como apontado no Relatório de 2014), à necessidade de replanejamento da meta considerando alteração da realidade, ou mesmo em relação ao prazo de execução que se mostrou insuficiente (para as ações mais complexas) ou além do considerado necessário para o alcance de uma dada meta (para ações de baixa complexidade).”¹⁰

Considerando os apontamentos de Monitoramento e Avaliação inseridos no Instrumental de Acompanhamento das ações de 2015, o Comitê, reunido em 24 de junho de 2016, aprovou o *Instrumental de Avaliação do Plano de Ação* e definiu o fluxo de Monitoramento e Avaliação do Plano Decenal, criados para sistematizar os dados apresentados pelos responsáveis e facilitar a compilação deles no presente Relatório. Diante da necessidade imposta pela realidade de cada um dos responsáveis e do próprio Plano de Ação, o Comitê adotou como estratégia para este primeiro processo de monitoramento e avaliação a concentração de esforços no sentido de corrigir os problemas

¹⁰ Relatório Anual de Acompanhamento do Plano Decenal dos Direitos da Criança e do Adolescente do Estado do Paraná – 2015, p. 1.

estruturais do Plano de Ação, notadamente diante das inconsistências encontradas na estrutura de elaboração dos elementos.

O Instrumental foi elaborado para contemplar a complexidade envolvida na indicação pontual de intenção de intervenção, bem como dispor, de forma limpa e organizada, a exigência de preenchimento de 5 (cinco) dados relativos à um único elemento, quais sejam, a indicação do elemento a ser alterado (Objetivo, Ação, Meta, Indicador de Resultado Planejado, Prazo de Execução, Prazo de Monitoramento, Responsabilidade ou Corresponsabilidade), a identificação dele no Plano Decenal (com referência ao número de página em que seria encontrado), o motivo da intervenção, a redação original e, por fim, a proposta de redação.

Para melhor visualização, segue Quadro 1, com o Instrumental de Avaliação do Plano de Ação do Plano Decenal.

QUADRO 1: INSTRUMENTAL DE AVALIAÇÃO DO PLANO DE AÇÃO DO PLANO DECENAL.

1		ALTERAÇÃO DA REDAÇÃO/MODIFICAÇÃO MATERIAL DO PLANO DE AÇÃO – RESPONSÁVEL			
Elemento a ser alterado	Identificação (com referência ao número de página)	Motivo da alteração	Redação original	Proposta de alteração	
Objetivo					
Ação					
Meta					
Indicador de Resultado Planejado					
Prazo de execução					
Prazo de monitoramento					
Responsabilidade					
Corresponsabilidade					
Exclusão	Ação				
	Meta				
	Indicador				

Para melhor compreender o método utilizado para uniformizar o preenchimento do Instrumental de Avaliação, faz-se oportuno esclarecer, de forma sucinta, a lógica utilizada para tanto. Primeiramente, deve-se observar que cada tabela deveria contemplar as informações de, no máximo, 1 (uma) ação. A coluna reservada para identificação do elemento a ser alterado foi criada para que se inserisse a localização deste no Plano Decenal, contendo, conforme o caso, o número do Eixo, Objetivo, Ação, Meta e Indicador. Já o motivo da intervenção deveria contemplar a justificativa para a proposta. A coluna destinada à redação original deveria trazer a redação *ipsis litteris*, conforme encontrada no Plano de Ação do Plano Decenal. Por fim, a proposta de alteração, cujo quadrante deveria ser preenchido com a nova redação.

Após a aprovação do Instrumental de Avaliação e atendendo o fluxo definido pelo Comitê, oportunizou-se aos responsáveis, através de reuniões individualizadas, a realização de ampla discussão acerca de suas ações e propostas de intervenção, aprofundando a análise dos problemas e soluções identificadas no Instrumental de Acompanhamento de 2015 e auxiliando na inserção desses dados no Instrumental de Avaliação.

Os responsáveis encaminharam os dados ao Comitê através do mencionado Instrumental, devidamente preenchido e validado pelos Secretários de Estado e demais órgãos e entidades, via ofício, protocolado ou e-mail. Com os Instrumentais de Avaliação devidamente validados, passou-se a compilação dos dados, que consistiu na análise e sistematização das propostas apresentadas, a fim de identificar eventuais inconsistências, sejam elas relacionadas ao preenchimento incorreto do Instrumental ou relativas a apresentação de propostas de intervenção que iam além da responsabilidade do proponente.¹¹

Nesse contexto, exigiu-se especial cautela na transmissão da responsabilidade de determinadas ações de um responsável para outro, sobretudo para que a mudança recebesse a anuência de todos os envolvidos. Para este fim, recomendou-se a prévia articulação entre o proponente e os demais envolvidos, tudo para garantir a lisura no processo de alteração e a efetiva implementação da ação.

Vale dizer, ainda, que a avaliação das ações de cada um dos responsáveis compreendeu a reconstrução da lógica inserida em cada uma das propostas originais para, então, desenvolver propostas de intervenção que não fugissem à lógica inicialmente prevista e, ao mesmo tempo, atendessem às necessidades de adequação apresentadas.

Com as propostas do Instrumental de Avaliação devidamente validadas e compiladas, fora elaborado versão preliminar do Relatório. Reunido nos dias 09 e 16 de

¹¹ Quando A, por exemplo, propõe que determinada ação passe da responsabilidade de X para Y.

novembro de 2016, o Comitê aprovou o Relatório apresentado, inserindo contribuições no Instrumental de Avaliação anexo.

Assim, o Relatório foi desenvolvido a partir das informações fornecidas através da coluna “monitoramento e avaliação” prevista no Instrumental de Acompanhamento de 2015, dos Relatórios de Acompanhamento de 2014 e 2015, das informações obtidas nas reuniões realizadas, do conjunto de propostas apresentadas pelos responsáveis, conforme o “Instrumental de Avaliação do Plano de Ação do Plano Decenal do Direitos da Criança e do Adolescente do Estado do Paraná” encaminhado e, também, considerações realizadas pelo Comitê, atendendo, assim, a estratégia por ele definida.

Diferentemente dos Relatórios de Acompanhamento de 2014 e 2015, em que foram selecionadas para análise apenas as metas pactuadas para execução nestes anos, o presente Relatório tratou de todos os elementos presentes no Plano de Ação, independentemente do prazo previsto para sua execução.

Tal medida foi adotada diante da necessidade de antever possíveis problemas que os responsáveis teriam ao executar suas ações no futuro, sobretudo nos anos de 2017 e 2018, cujo processo de monitoramento e avaliação, conforme previsto no Cronograma, será realizado apenas no ano de 2018. Com isso, possibilitou-se que os responsáveis pudessem alinhar não apenas ações/metás que tocam os anos de 2014, 2015 e 2016, mas também aquelas previstas para serem executadas no futuro.

Assim, visando realizar uma análise mais ampla e modificadora, considerou-se no presente Relatório, especialmente para efeito de cálculo e quantificação, todos os elementos presentes no Plano de Ação.

3. DA ANÁLISE DOS DADOS

3.1. CONSIDERAÇÕES DE MONITORAMENTO

As atividades de monitoramento contempladas no processo de monitoramento e avaliação devem ser capazes de identificar as dificuldades e avanços relacionados a execução das ações do Plano Decenal, a fim de garantir a efetiva implementação delas. Isto torna possível a correção dos eventuais problemas encontrados e a manutenção e aprimoramento daquelas ações cujas metas tenham sido atingidas ou superadas, conforme inicialmente planejado.

Diante das justificativas apresentadas durante o acompanhamento das ações a serem executadas em 2014 e 2015 e das informações inseridas na coluna “monitoramento e avaliação” do Instrumental de Acompanhamento de 2015, foram identificadas diversas dificuldades enfrentadas pelos responsáveis.

O Relatório de Acompanhamento de 2014 retratou que, embora tenha sido empreendido esforço para o cumprimento das metas estipuladas, houve dificuldades para se chegar aos resultados esperados, decorrentes da própria estrutura de elaboração do Plano Decenal. Entre os fatores que podem ter influenciado negativamente o desempenho dos responsáveis estão os trâmites institucionais que não foram levados em consideração no ato do planejamento, prazos de execução incompatíveis com as metas, elementos externos ao trabalho das instituições, como no caso de metas que implicavam em resultados fora do controle dos responsáveis, a utilização de redação inadequada e a dificuldade na sua interpretação.

Com a análise realizada para verificar a adequação entre indicadores e metas do Plano de Ação, o Relatório de 2014 também apontou que 74 das 318 metas estavam não-adequadas em relação aos respectivos indicadores, pois careciam de complementação, eram inadequados e, em alguns casos, incompatíveis. Assim, desde o ano de 2014 um dos principais problemas identificados foi o desalinhamento entre os elementos do Plano de Ação, ou seja, foram encontradas diversas fragilidades de ordem estrutural na relação objetivo-ação-meta-prazo de execução-indicador.¹²

Deve ser observado, também, que, com o decurso do tempo, a condição em que os responsáveis se encontravam no início da vigência do Plano Decenal pode sofrer modificações. Com isso, surge a possibilidade do planejamento estratégico originalmente previsto no Plano Decenal não mais se coadunar com a realidade fática enfrentada pelos responsáveis. Dentro deste contexto estão inseridas as dificuldades relativas às alterações

¹² Como exemplo, verificar justificativa apresentada pelo TJPR no Relatório de Acompanhamento de 2015, meta 3: “O indicador de resultado não é adequado ao objetivo e meta propostos.”

estruturais dos responsáveis que afetam diretamente a execução das ações do Plano de Ação.

Daí puderam ser identificadas dificuldades enfrentadas em virtude das mudanças na capacidade operacional dos responsáveis, no planejamento estratégico, na disposição da estrutura técnica e, também, na competência e/ou atribuição por determinadas ações, seja entre os próprios responsáveis ou entre entes federativos.¹³ Além delas, também foram enfrentadas dificuldades de ordem orçamentária, quando a restrição, limitação ou atraso no repasse de recursos prejudicava e, em alguns casos, inviabilizava a operacionalização de ações.¹⁴

Por fim, ainda outra dificuldade enfrentada que merece destaque foi o desalinhamento das ações com outros Planos de Políticas Públicas (extintos ou vigentes), Normativas Ministeriais, e parâmetros utilizados por sistemas de informação específicos.¹⁵

Em que pese os problemas acima identificados, deve ser destacado que nos 2 (dois) primeiros anos de vigência do Plano Decenal ações significativas foram realizadas, sendo suas metas atingidas e, em alguns casos, superadas.¹⁶

Através da análise realizada pelo Relatório de Acompanhamento das ações executadas em 2014, foi possível observar que 256 das 318 metas do Plano Decenal foram ou estavam sendo executadas e, com isso, em conformidade com o planejamento previsto para aquele ano (80,5% do total de metas), sendo ali contabilizado as metas superadas, atingidas e em andamento.

Já no exercício seguinte, a análise do Relatório de Acompanhamento de 2015 apontou que 250 metas foram ou estavam sendo executadas naquele ano, o que indicava

13 Conforme Justificativa consignada pela SEET, na meta n.º 5: "A reestruturação governamental que resultou na junção entre Secretarias de Turismo e Esportes, **alterou a estrutura técnica do Paraná Turismo, impossibilitando o desenvolvimento desta ação em 2014.**" Também, conforme ocorreu nas informações fornecidas pela SETI, na meta 2: "Embora a meta fosse implantar no mínimo quatro novos NEDDIJS, a SETI **considerou como uma estratégia favorável o aumento de equipes dos NEDDIJS de Londrina, Maringá, Guarapuava e Foz do Iguaçu, possibilitando a ampliação do número de crianças e adolescentes atendidos em cada um deles, considerados de maior demanda.**" Segundo a justificativa apresentada pela SESA, na meta 19, a ação "[...] é classificada como inviável, pois é de responsabilidade dos municípios (Portaria MS n.º 1555/2013). Com a publicação da Portaria n.º 1.555 de 30/07/2013, a aquisição dos medicamentos sulfato ferroso e ácido fólico do Programa Nacional de Suplementação de Ferro, **passou a ser de responsabilidade dos municípios, com sistema nacional de monitoramento do medicamento sendo extinto. Esta ação não é de responsabilidade da SESA.**" Grifo nosso.

14 A título exemplificativo, verificar justificativas apresentadas pela SEET, nas metas n.º 3, 7, 11, 12, 20 e 25 do Instrumental de Acompanhamento de 2015: "O projeto não foi executado em 2015, em razão da falta de recursos orçamentários e financeiros para tal.", pelo TJPR, na meta n.º 16: "não há possibilidade financeira para novo concurso.", pela SESA, na meta 60: "2015: não foi possível a realização do Encontro Macrorregional Norte, pois aguarda-se liberação do recurso referente à renovação do projeto apresentado ao CEDCA." e, também, pela SEDS, na meta 56: "Não houve início das obras por indisponibilidade financeira."

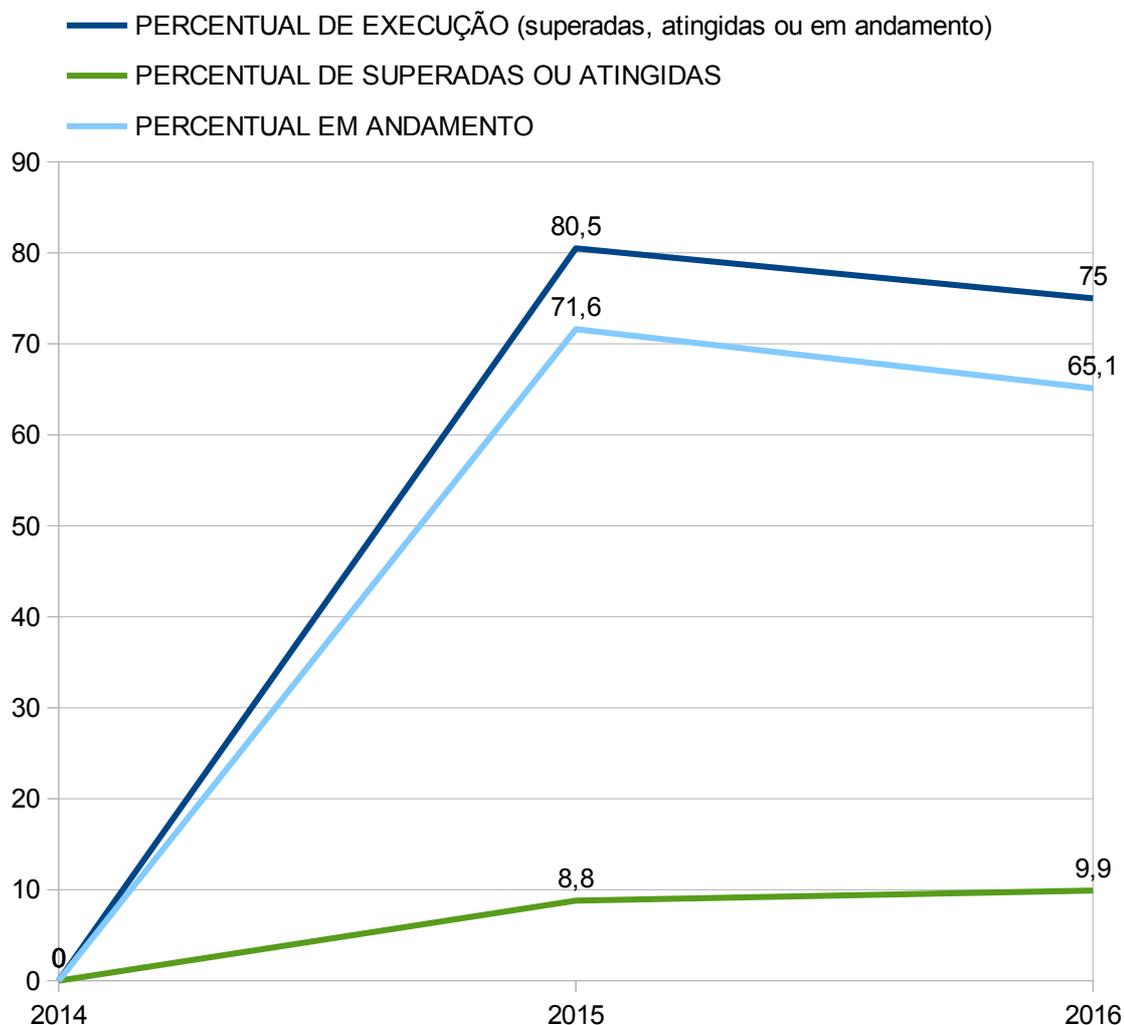
15 Estas dificuldades enfrentadas são bem exemplificadas com as informações fornecidas pela SESA, nas metas 34, ao registrar a necessidade de ampliar o indicador, pois o sistema originalmente descrito sofreu mudanças pelo MS, 57, apontando a necessidade de adequação do indicador ao SISPACTO, 68, citando o PEEVCA, 21, citando o PES e, também, a meta 28, ao realizar adequações à Portaria Ministerial n.º 930/2012.

16 Para consulta de algumas ações cujas metas foram atingidas ou superadas verificar Instrumental de Acompanhamento das Ações executadas em 2015: 2, 12, 21 e 24 da SESP; 22, 23, 69, 90, 101 da SEDS; 59 da SESA; 2 da SEEC; 2 da SEJU.

que aproximadamente 75% das 333 metas estava em conformidade com o planejamento de 2015.

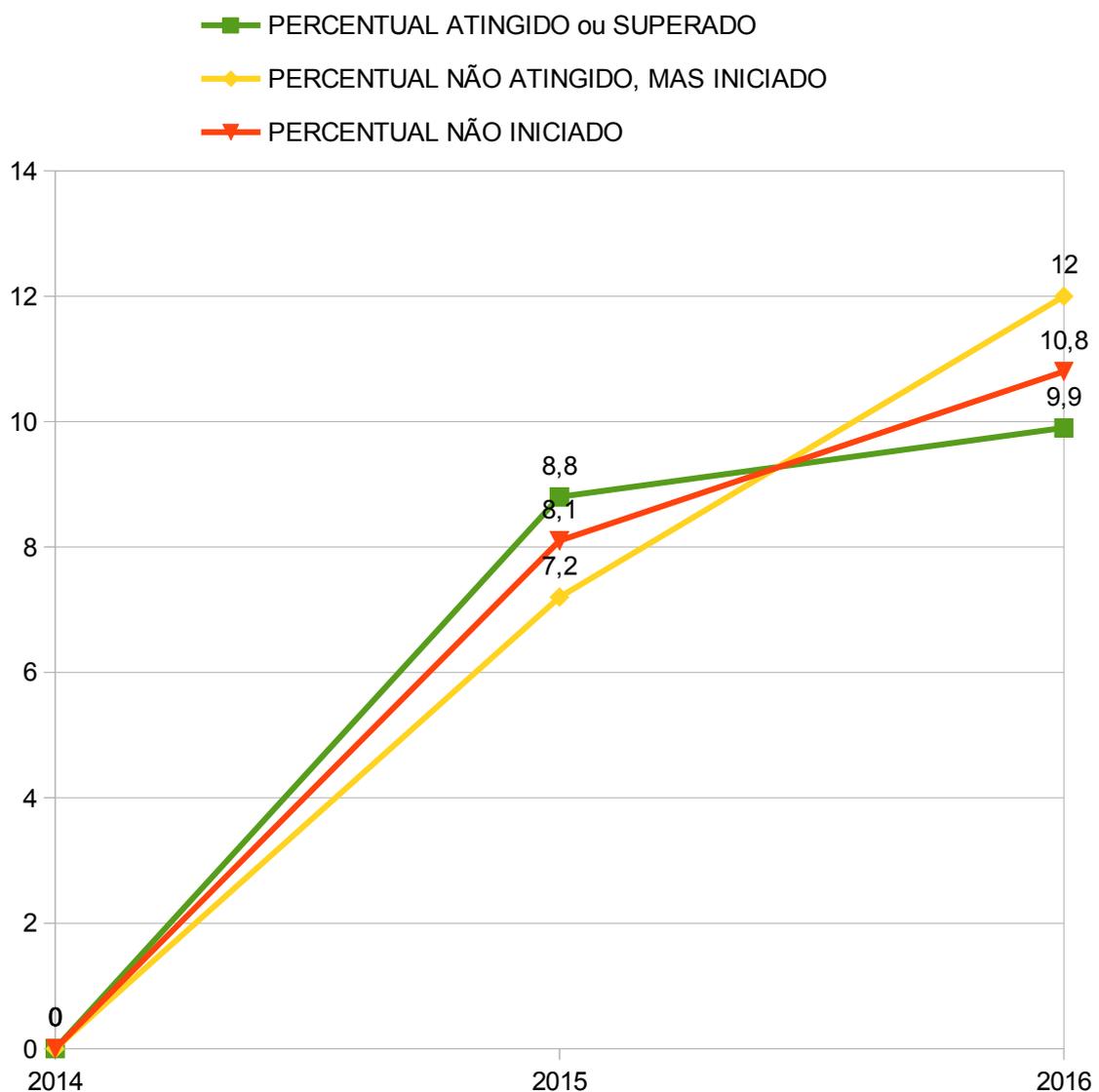
Comparando o percentual de execução das metas de 2014 e 2015, é possível verificar uma queda de 5,5% no desempenho dos responsáveis, em relação as metas superadas, atingidas e em andamento. Por outro lado, em **2014**, das 318 metas que tocavam aquele ano, 28 foram superadas ou atingidas, enquanto em **2015**, das 333 metas previstas, 33 foram atingidas ou superadas. Com isso, vê-se que, embora o desempenho, de modo geral, tenha sofrido queda, as metas superadas ou atingidas aumentaram em aproximadamente 1%, conforme ilustra o GRÁFICO 1, abaixo.

GRÁFICO 1: PERCENTUAIS TOTAIS CLASSIFICAÇÃO 1 - 2014/2015



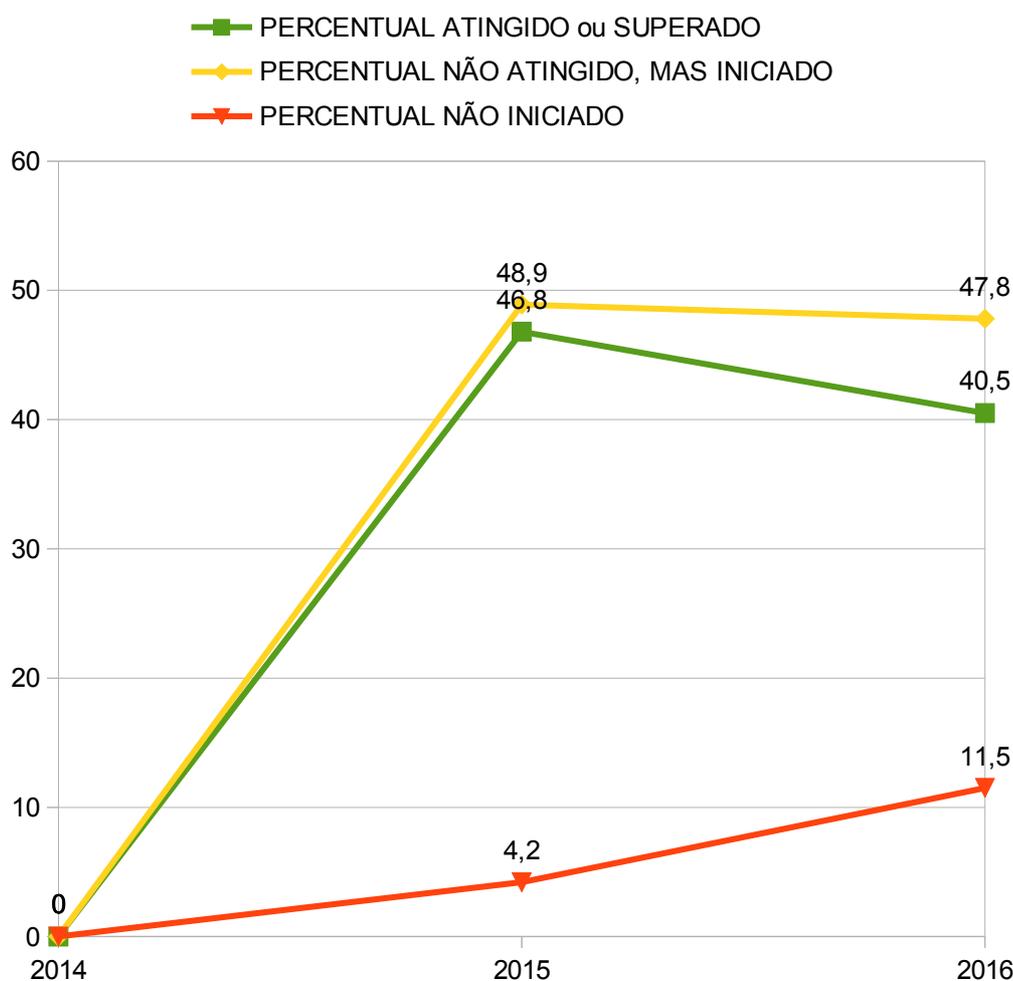
Para melhor compreensão do impacto das dificuldades enfrentadas pelos responsáveis durante a execução das metas que tocavam o ano de 2015, deve se observar, inicialmente, que no ano de **2014**, das 318 metas que tocavam aquele ano (cujos prazos de execução poderiam ser contínuos, pontuais ou de alguns anos), 23 não foram atingidas e 26 não iniciadas. Já no exercício de **2015**, das 333 metas previstas, 40 não foram atingidas e 36 não iniciadas. Para melhor visualização, observar GRÁFICO 2 que segue abaixo.

GRÁFICO 2: PERCENTUAIS TOTAIS CLASSIFICAÇÃO 2 - 2014/2015



Comparando as metas que foram previstas para serem iniciadas e executadas pontualmente nos anos de 2014 e 2015, também é possível visualizar, agora de modo isolado, o decréscimo no desempenho dos responsáveis. Das 47 metas pontuais de 2014 que foram informadas, 22 foram superadas ou atingidas, 23 não foram atingidas e 2 não iniciadas. Por outro lado, em 2015, das 69 metas pontuais que foram informadas para aquele ano, 28 foram superadas ou atingidas, 33 não foram atingidas e 8 não iniciadas. **Daí é possível concluir que o percentual de metas pontuais superadas ou atingidas sofreu queda de aproximadamente 6% e, quanto àquelas que não foram iniciadas, sofreram aumento de aproximadamente 7%, ou seja, mais que dobraram em 2015**, tal como apresentado abaixo, no GRÁFICO 3.

GRÁFICO 3: PERCENTUAIS DE METAS PONTUAIS DE CADA ANO - 2014/2015



Ambos os relatórios registraram que algumas metas foram classificadas como “não atingidas”, o que significa que foram empreendidos esforços para cumprir o estipulado, mas, diante das dificuldades inicialmente consideradas, houve dificuldades para chegar ao resultado esperado. Deve-se registrar, também, que um dos fatores que provavelmente tenha contribuído para o aumento do percentual de metas pontuais não iniciadas em 2015 é que as metas pontuais não iniciadas em 2014 permaneceram no Instrumental de Acompanhamento de 2015, sendo somadas, portanto, às metas previstas para serem executadas em 2015.

As conclusões trazidas pelos Relatórios Anuais de Acompanhamento, como a identificação das dificuldades e a queda no desempenho dos responsáveis, ilustrada pelos gráficos acima, apontam para a necessidade de avaliação do Plano de Ação do Plano Decenal, conforme estratégia adotada pelo Comitê, para o fim de proporcionar uma reflexão interna dos responsáveis, priorizando o saneamento das fragilidades que têm embaraçado a lisura da execução de determinadas ações e corrigindo, sobretudo, aqueles problemas que obstaculizam seu início.

Para o momento, as atividades de monitoramento cuidaram de identificar as fragilidades do Plano Decenal e os avanços conquistados no atingimento e superação de metas previstas para execução nos anos de 2014 e 2015. Com isso, abriu-se caminho para a realização da avaliação do Plano de Ação do Plano Decenal, para que este, com as fragilidades sanadas, possa ter assegurada a efetiva implementação das ações nos exercícios seguintes.

3.2. DAS PROPOSTAS E RESPONSÁVEIS

A partir da compilação, sistematização e análise dos dados, é possível quantificar o número de situações ocorridas no processo de monitoramento e avaliação e assim compreender como as propostas de intervenção afetam o Plano de Ação e os responsáveis pelas ações, bem como identificar a natureza das propostas apresentadas.

Contudo, antes de realizar maior aprofundamento, é necessário esclarecer que as atribuições por determinadas Políticas Públicas específicas sofreram alterações desde o início da vigência do Plano Decenal. Por esta razão torna-se indispensável tecer algumas considerações acerca da relação entre as responsabilidades originalmente previstas e as atuais.

As ações previstas no Plano de Ação do Plano Decenal foram distribuídas, originalmente, entre 18 (dezoito) responsáveis. No entanto, considerando as mudanças ocorridas desde então, como a extinção e/ou fusão entre responsáveis, surge a necessidade de estabelecer um método de análise que seja uniforme, a partir do qual se possa extrair a atual situação dos responsáveis e identificar sua relação com os responsáveis originalmente designados.

O Plano de Ação do Plano Decenal conta, portanto, com os seguintes responsáveis:

1. Secretaria de Estado da Família e Desenvolvimento Social (SEDS);
2. Secretaria de Estado da Saúde (SESA);
3. Secretaria de Estado da Educação (SEED);
4. Secretaria de Estado da Segurança Pública (SESP);
5. Secretaria de Estado do Esporte (SEES);
6. Secretaria de Estado do Turismo (SETU);
7. Secretaria Especial para Assuntos da Copa (SECOPA);
8. Fórum Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente (Fórum DCA);
9. Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente (CEDCA/PR);
10. Secretaria da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos (SEJU);
11. Secretaria do Trabalho, Emprego e Economia Solidária (SETS);
12. Ministério Público do Estado do Paraná (MPPR);
13. Secretaria da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (SETI);
14. Assembleia Legislativa do Paraná (ALEP);
15. Tribunal de Justiça do Estado do Paraná (TJ/PR);
16. Secretaria da Agricultura e Abastecimento (SEAB);
17. Secretaria da Cultura (SEEC);

18. Secretaria da Comunicação Social (SECS).

Ocorre que os responsáveis 5, 6 e 7, SEES, SEET e SECOPA, respectivamente, tiveram suas atribuições incorporadas pela atual Secretaria de Estado do Esporte e Turismo (SEET)¹⁷. Já as ações vinculadas ao responsável 11, SETS, que tratam de Política do Trabalho, foram incorporadas ao responsável 10, SEJU¹⁸, com a mudança desta Política para aquela Pasta, ficando a responsabilidade pela apresentação de propostas de intervenção nas ações previstas no Plano de Ação a cargo destas últimas **(SEET e SEJU)**.

Considerando o número original de responsáveis (18), pode-se afirmar que 11 (onze) destes apresentaram propostas de intervenção, através dos responsáveis originalmente designados ou por representação. Com efeito, a representação ocorreu devido às atribuições da **Secretaria de Esporte e Turismo (SEET)** em relação às ações vinculadas à Secretaria de Esporte (SEES), Secretaria de Turismo (SETU) e, ainda, Secretaria Especial para Assuntos da Copa (SECOPA) e a **Secretaria da Justiça, Trabalho e Direitos Humanos (SEJU)**, em relação às ações da Secretaria do Trabalho, Emprego e Economia Solidária (SETS).

Para esclarecer, segue Quadro 2, contendo a relação entre os responsáveis originalmente designados, quem os representa atualmente e o número de propostas apresentadas por cada um deles em conjunto com as considerações do Comitê.¹⁹

17 A Secretaria de Estado do Esporte e do Turismo (SEET) foi criada em 2013, por meio da lei 17.745, publicada no Diário Oficial do Estado em 30 de outubro daquele ano. A Pasta foi criada a partir da extinção da Secretaria do Esporte e da Secretaria do Turismo, unificando as atribuições das duas estruturas. De acordo com o art. 3º da Lei, cabe à SEET “coordenar as ações que envolvem a estratégia relativa a eventos esportivos e afins, de âmbito regional, nacional e internacional, funcionando como órgão centralizador das informações no âmbito do Estado do Paraná, de acordo com a regulamentação definida em decreto do Chefe do Poder Executivo Estadual.”

18 A anteriormente denominada Secretaria de Estado da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos (SEJU) passou a ser responsável pela política do trabalho, tornando-se, através da Lei nº 18.778, de 11 de maio de 2016, a Secretaria de Estado da Justiça, Trabalho e Direitos Humanos. De acordo com a lei, as atividades relativas às políticas públicas de trabalho, emprego e renda que pertenciam a SEDS passam a integrar a estrutura organizacional da SEJU, como a intermediação de mão de obra e orientação profissional, fomento da geração de trabalho, de emprego e renda e seguro-desemprego.

19 O Comitê, reunido nos dias 09 e 16 de novembro de 2016, aprovou o Relatório Preliminar, retirando e acrescentando determinadas propostas. O Quadro 2 contempla o número total de propostas constantes no Instrumental de Avaliação anexo, independentemente de sua situação, ou seja, se foi retirada pelo Comitê ou por ele incluída.

QUADRO 2. TOTAL DE PROPOSTAS APRESENTADAS EM RELAÇÃO AOS RESPONSÁVEIS.

Nº	RESPONSÁVEL	REPRESENTADO POR	Nº DE PROPOSTAS APRESENTADAS
1	Secretaria da Família e Desenvolvimento Social (SEDS)	SEDS	67
2	Secretaria da Saúde (SESA)	SESA	36
3	Secretaria da Educação (SEED)	SEED	16
4	Secretaria da Segurança Pública e Administração Penitenciária (SESP)	SESP	5
5	Secretaria do Esporte (SEES)	SEET	25
6	Secretaria do Turismo (SETU)		
7	Secretaria Especial para Assuntos da Copa (SECOPA)		
8	Fórum Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente (Fórum DCA)	Fórum DCA	2
9	Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente (CEDCA/PR)	CEDCA	6
10	Secretaria da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos (SEJU)	SEJU	18
11	Secretaria do Trabalho, Emprego e Economia Solidária (SETS)		
12	Ministério Público do Estado do Paraná (MPPR)	MPPR	0
13	Secretaria da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (SETI)	SETI	3
14	Assembleia Legislativa do Paraná (ALEP)	ALEP	0
15	Tribunal de Justiça do Estado do Paraná (TJ/PR)	TJPR	10
16	Secretaria da Agricultura e Abastecimento (SEAB)	SEAB	0
17	Secretaria da Cultura (SEEC)	SEEC	6
18	Secretaria da Comunicação Social (SECS)	SECS	0
TOTAIS			194

Ao todo, foram consideradas 194 propostas de intervenção, considerando-se como proposta a tabela²⁰ que contempla todas as informações relativas à 1 (uma) ação. Assim, uma única proposta pode indicar, por exemplo, a alteração, inclusão e/ou exclusão de diversos elementos relacionados a uma única ação (como Objetivo, Ação, metas, indicadores, prazos etc.).

²⁰ Conforme Quadro 1: Instrumental de Avaliação do Plano de Ação do Plano Decenal.

3.3. DOS ELEMENTOS E INTERVENÇÕES

O Plano de Ação do Plano Decenal é composto, ao todo, por 2.796 (dois mil setecentos e noventa e seis) elementos, contabilizado aqui o número total de Objetivos, Ações, Metas, Prazos de Execução, Indicadores de Resultado, Prazos de Monitoramento, Responsabilidade, Corresponsabilidade e, por fim, Eixos do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente – CONANDA²¹ de todos os 6 Eixos.

A partir do número total de elementos, é possível se inferir a dimensão das intervenções realizadas por cada um dos responsáveis em relação a cada um dos Eixos do Plano de Ação, ou seja, qual o percentual de intervenção gerada por cada um dos responsáveis, quais são os Eixos e elementos que sofreram maiores intervenções e qual a natureza de cada uma delas.

3.3.1. DO PLANO DE AÇÃO

Inicialmente, a partir de cada Eixo, analisou-se o número total de intervenções em relação ao número total de elementos presentes. Neste tópico, deve ser observado que nos casos de intervenções que realizam exclusão de determinado elemento, todos os demais a ele direta e exclusivamente relacionados também são afetados. Assim, por exemplo, a intervenção que exclui determinada ação, também exclui, como consequência lógica, os demais elementos que estiverem exclusivamente a ela relacionados, como metas, prazos, indicadores e etc. Deste modo, ainda que o responsável tenha apresentado proposta de excluir apenas um elemento, foi contabilizado para a presente análise todos aqueles que foram excluídos em consequência.

Deve ser esclarecido, também, que as intervenções aqui tratadas envolvem somente as alterações e exclusões de elementos presentes no Plano de Ação, não sendo contabilizado a inclusão de novos elementos, o que poderá ser conferido mais adiante, em tópico próprio.

Os elementos do Plano de Ação do Plano Decenal são distribuídos em 6 (seis) Eixos:

EIXO 1. Direito à vida e à saúde.

EIXO 2. Direito à liberdade, ao respeito e à dignidade.

EIXO 3. Direito à convivência familiar e comunitária.

EIXO 4. Direito à educação, à cultura, ao esporte e ao lazer.

EIXO 5. Direito à profissionalização e à proteção no trabalho.

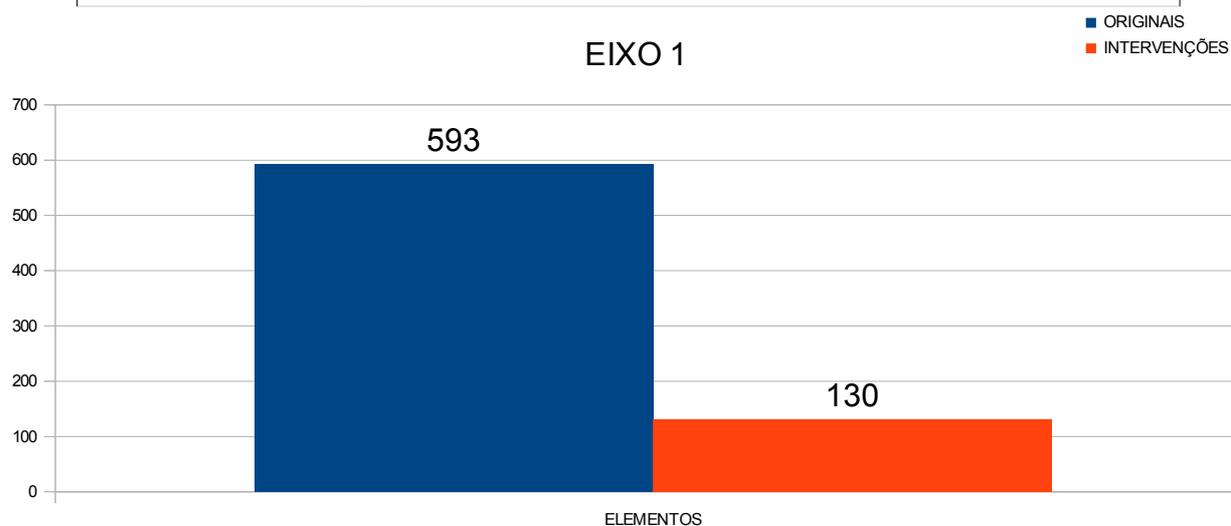
EIXO 6. Fortalecimento das estruturas do sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente.

²¹ Daqui em diante denominado “CONANDA”.

3.3.1.1. EIXO 1 – VIDA E SAÚDE

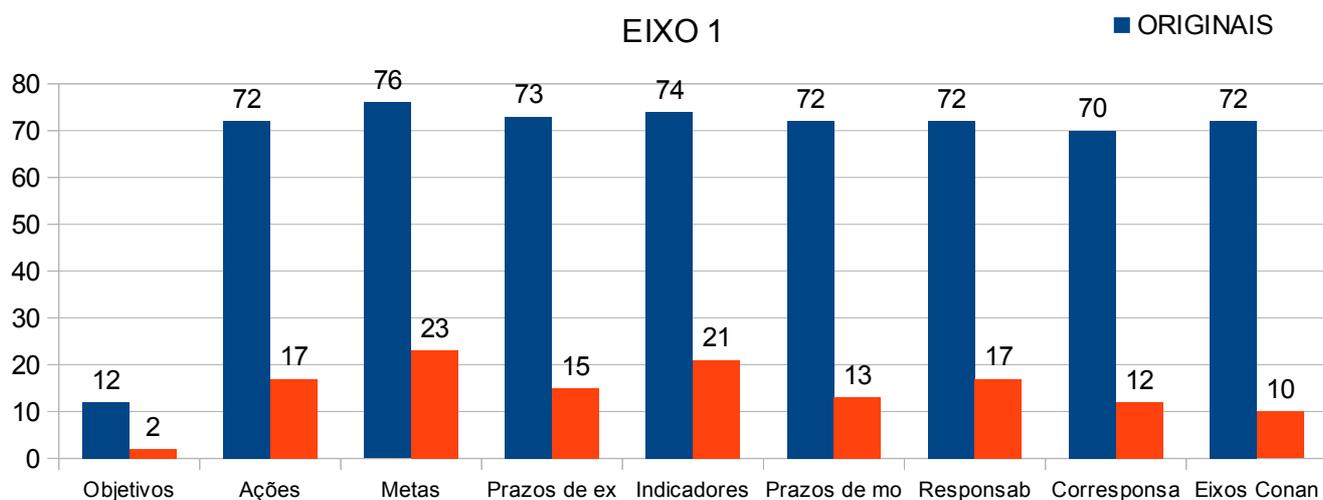
A partir da análise das intervenções realizadas no Eixo 1 do Plano de Ação, é possível inferir que 22% dos elementos deste Eixo foi afetado, isto porque 130 dos seus 593 elementos receberam algum tipo de intervenção. Para esclarecer, segue abaixo o GRÁFICO 4.

GRÁFICO 4: NÚMERO TOTAL DE ELEMENTOS ORIGINAIS EM RELAÇÃO AO NÚMERO TOTAL DE INTERVENÇÕES. EIXO 1.



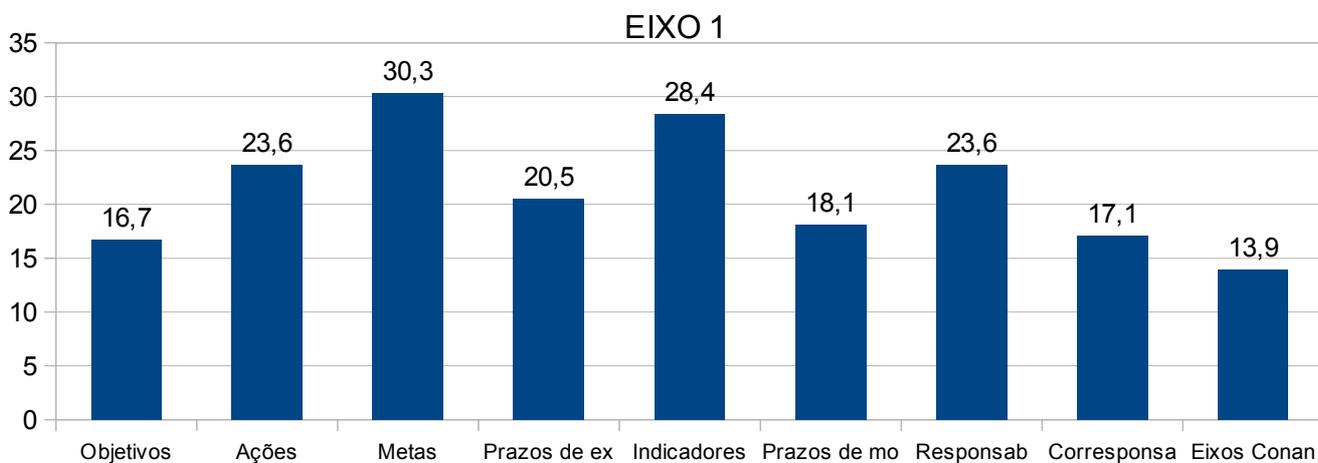
A seguir, através do GRÁFICO 5, é possível verificar como ocorreu a distribuição das intervenções por categoria de cada um dos elementos do Eixo 1.

GRÁFICO 5: NÚMERO TOTAL DE ELEMENTOS ORIGINAIS EM CADA CATEGORIA EM RELAÇÃO AO NÚMERO DE INTERVENÇÕES. EIXO 1.



Com os dados acima fracionados, é possível comparar as categorias de elementos do Eixo 1, para identificar, através do percentual de intervenções, qual categoria de elementos apresentou mais problemas. Para esclarecer, segue abaixo o GRÁFICO 6, pelo qual se infere que a categoria de elementos do Eixo 1 que mais recebeu intervenções foi a das metas, em que 30,3% dos elementos sofreu algum tipo de intervenção.

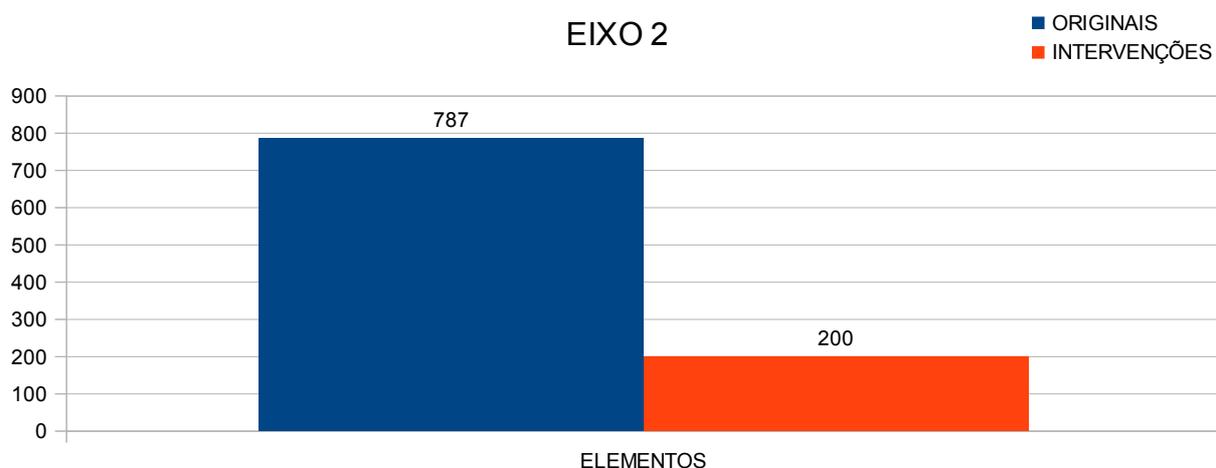
GRÁFICO 6: PERCENTUAL DE INTERVENÇÕES REALIZADAS EM RELAÇÃO A CADA CATEGORIA DE ELEMENTOS. EIXO 1.



3.3.1.2. EIXO 2 – LIBERDADE, RESPEITO E DIGNIDADE

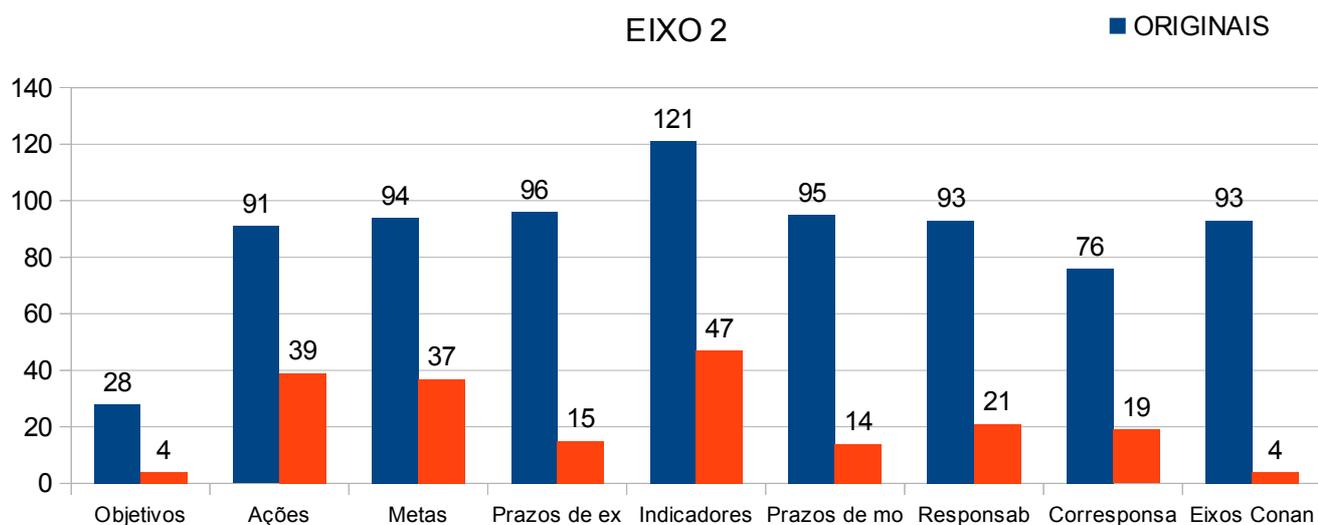
A partir da análise das intervenções realizadas no Eixo 2 do Plano de Ação, é possível inferir que 25,4% dos elementos deste Eixo foi afetado, isto porque 202 dos seus 787 elementos receberam algum tipo de intervenção. Para esclarecer, segue abaixo o GRÁFICO 7.

GRÁFICO 7: NÚMERO TOTAL DE ELEMENTOS ORIGINAIS EM RELAÇÃO AO NÚMERO TOTAL DE INTERVENÇÕES. EIXO 2.



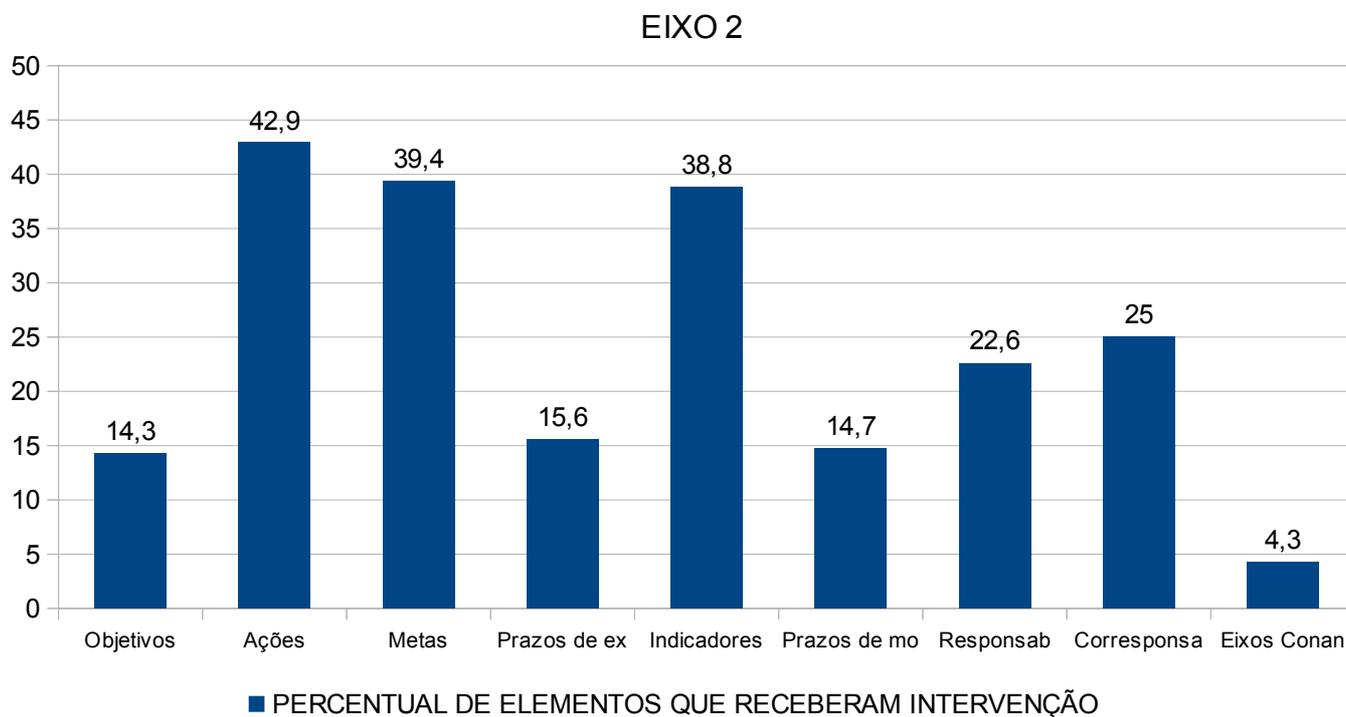
A seguir, através do GRÁFICO 8, é possível verificar como ocorreu a distribuição das intervenções por categoria de cada um dos elementos do Eixo 2.

GRÁFICO 8: NÚMERO TOTAL DE ELEMENTOS ORIGINAIS EM CADA CATEGORIA EM RELAÇÃO AO NÚMERO DE INTERVENÇÕES. EIXO 2.



Com os dados acima fracionados, é possível comparar as categorias de elementos do Eixo 2, para identificar, através do percentual de intervenções, qual categoria de elementos apresentou mais problemas. Para esclarecer, segue abaixo o GRÁFICO 9, pelo qual se infere que a categoria de elementos do Eixo 2 que mais recebeu intervenções foi a das ações, em que 42,9% dos elementos sofreu algum tipo de intervenção.

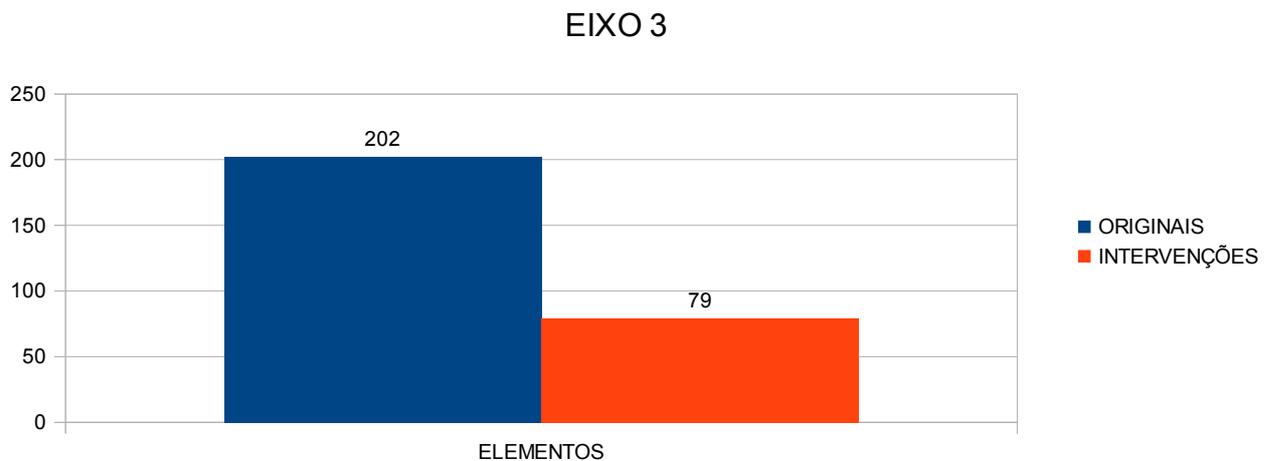
GRÁFICO 9: PERCENTUAL DE INTERVENÇÕES REALIZADAS EM RELAÇÃO A CADA CATEGORIA DE ELEMENTOS. EIXO 2.



3.3.1.3. EIXO 3 – CONVIVÊNCIA FAMILIAR E COMUNITÁRIA

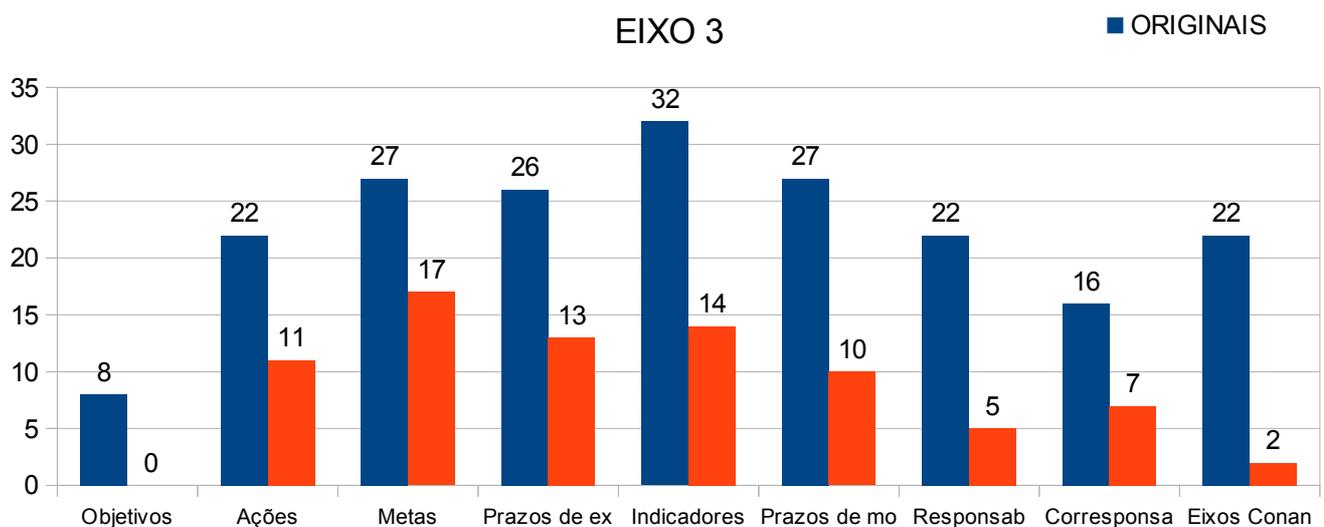
A partir da análise das intervenções realizadas no Eixo 3 do Plano de Ação, é possível inferir que 39% dos elementos deste Eixo foi afetado, isto porque 79 dos seus 202 elementos receberam algum tipo de intervenção. Para esclarecer, segue abaixo o GRÁFICO 10.

GRÁFICO 10: NÚMERO TOTAL DE ELEMENTOS ORIGINAIS EM RELAÇÃO AO NÚMERO TOTAL DE INTERVENÇÕES. EIXO 3.



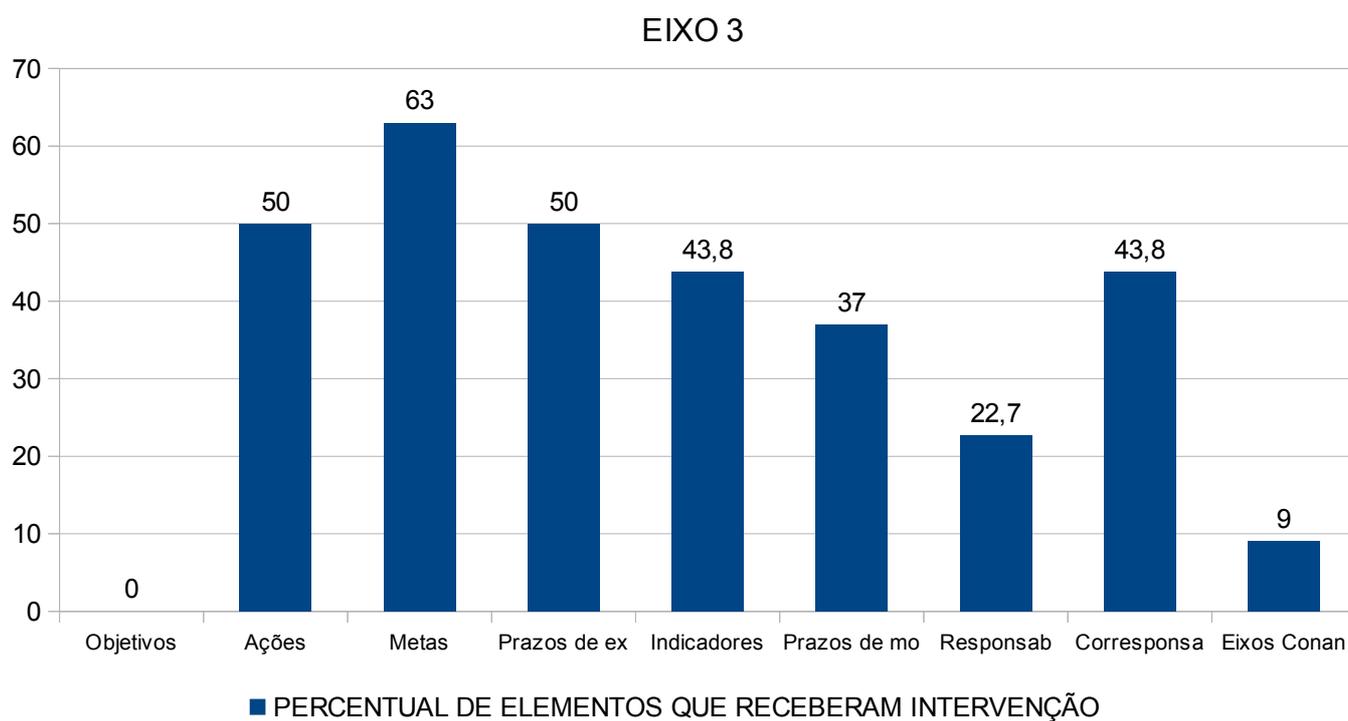
A seguir, através do GRÁFICO 11, é possível verificar como ocorreu a distribuição das intervenções por categoria de cada um dos elementos do Eixo 3.

GRÁFICO 11: NÚMERO TOTAL DE ELEMENTOS ORIGINAIS EM CADA CATEGORIA EM RELAÇÃO AO NÚMERO DE INTERVENÇÕES. EIXO 3.



Com os dados acima fracionados, é possível comparar as categorias de elementos do Eixo 3, para identificar, através do percentual de intervenções, qual categoria de elementos apresentou mais problemas. Para esclarecer, segue abaixo o GRÁFICO 12, pelo qual se infere que a categoria de elementos do Eixo 3 que mais recebeu intervenções foi a das metas, em que 63% dos elementos sofreu algum tipo de intervenção.

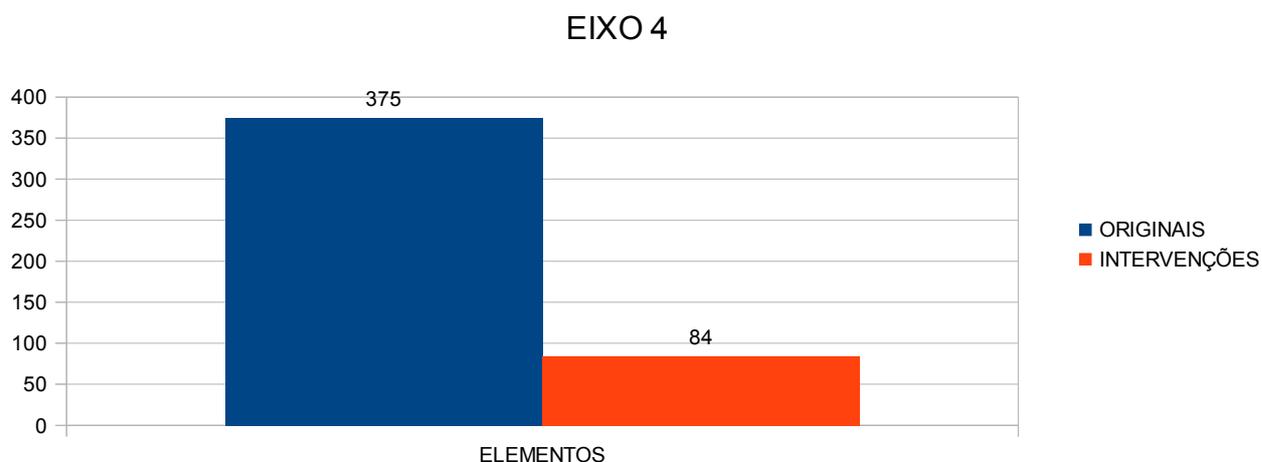
GRÁFICO 12: PERCENTUAL DE INTERVENÇÕES REALIZADAS EM RELAÇÃO A CADA CATEGORIA DE ELEMENTOS. EIXO 3.



3.3.1.4. EIXO 4 – EDUCAÇÃO, ESPORTE, CULTURA E LAZER

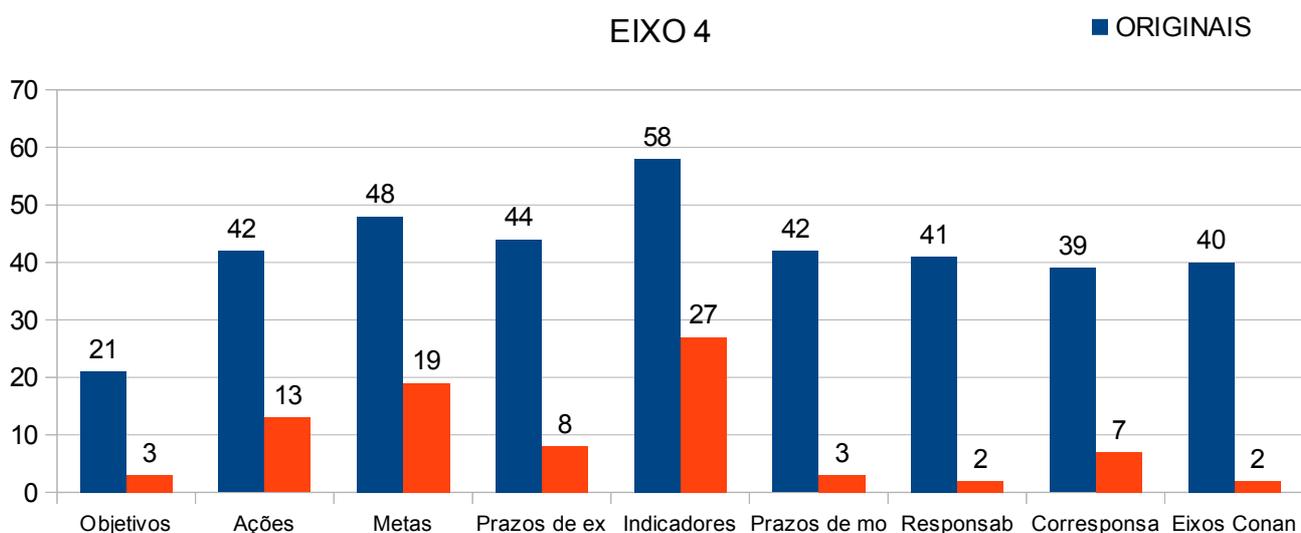
A partir da análise das intervenções realizadas no Eixo 4 do Plano de Ação, é possível inferir que 22,4% dos elementos deste Eixo foi afetado, isto porque 84 dos seus 375 elementos receberam algum tipo de intervenção. Para esclarecer, segue abaixo o GRÁFICO 13.

GRÁFICO 13: NÚMERO TOTAL DE ELEMENTOS ORIGINAIS EM RELAÇÃO AO NÚMERO TOTAL DE INTERVENÇÕES. EIXO 4.



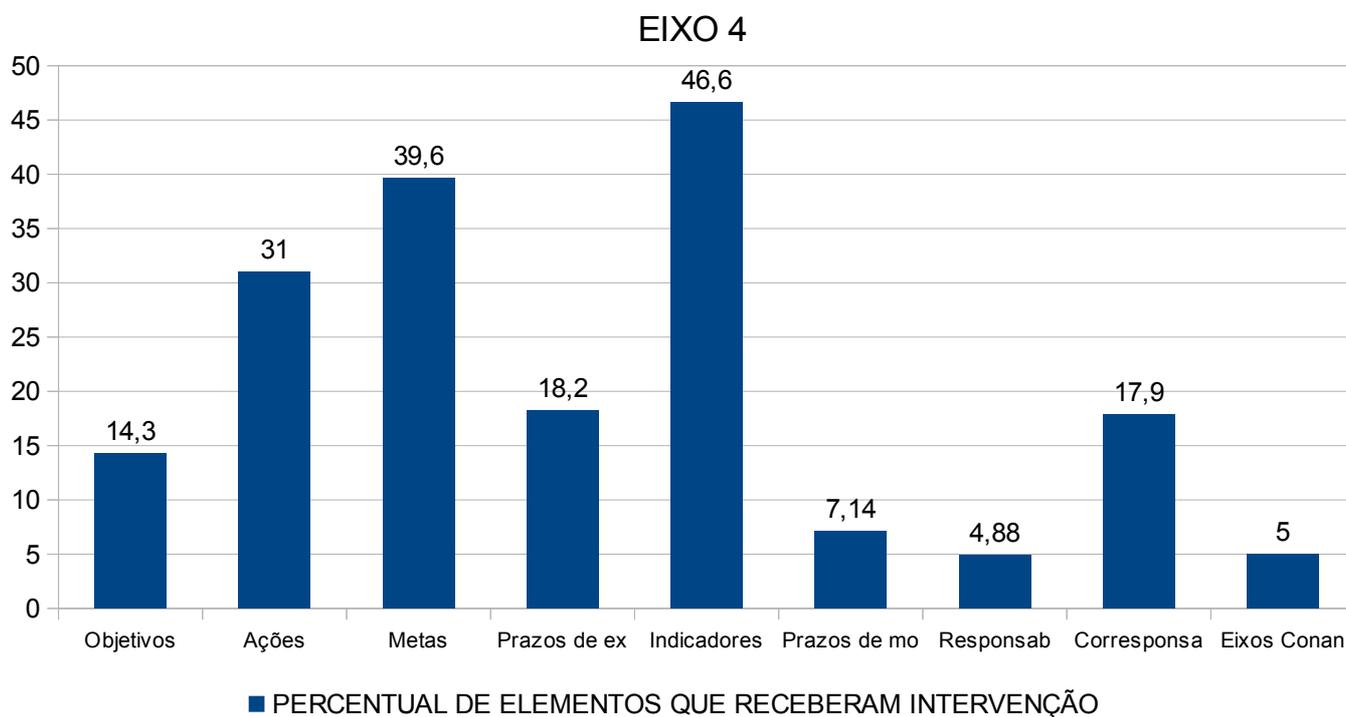
A seguir, através do GRÁFICO 14, é possível verificar como ocorreu a distribuição das intervenções por categoria de cada um dos elementos do Eixo 4.

GRÁFICO 14: NÚMERO TOTAL DE ELEMENTOS ORIGINAIS EM CADA CATEGORIA EM RELAÇÃO AO NÚMERO DE INTERVENÇÕES. EIXO 4.



Com os dados acima fracionados, é possível comparar as categorias de elementos do Eixo 4, para identificar, através do percentual de intervenções, qual categoria de elementos apresentou mais problemas. Para esclarecer, segue abaixo o GRÁFICO 15, pelo qual se infere que a categoria de elementos do Eixo 4 que mais recebeu intervenções foi a dos indicadores de resultado, em que 46,6% dos elementos sofreu algum tipo de intervenção.

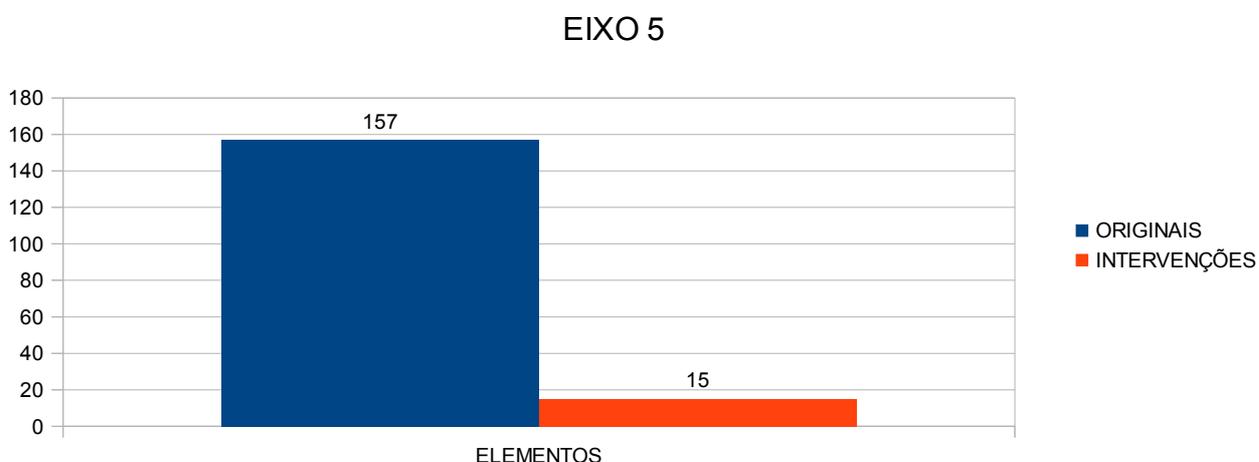
GRÁFICO 15: PERCENTUAL DE INTERVENÇÕES REALIZADAS EM RELAÇÃO A CADA CATEGORIA DE ELEMENTOS. EIXO 4.



3.3.1.5. EIXO 5 – PROFISSIONALIZAÇÃO E PROTEÇÃO NO TRABALHO

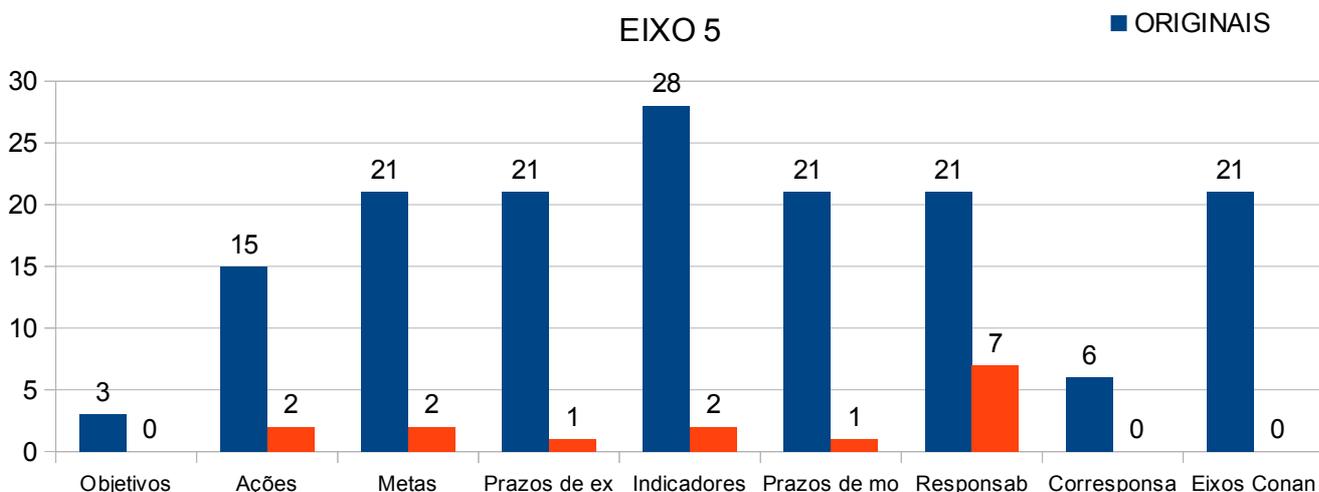
A partir da análise das intervenções realizadas no Eixo 5 do Plano de Ação, é possível inferir que apenas 9,5% dos elementos deste Eixo foi afetado, isto porque 15 dos seus 157 elementos receberam algum tipo de intervenção. Para esclarecer, segue o GRÁFICO.

GRÁFICO 16: NÚMERO TOTAL DE ELEMENTOS ORIGINAIS EM RELAÇÃO AO NÚMERO TOTAL DE INTERVENÇÕES. EIXO 5.



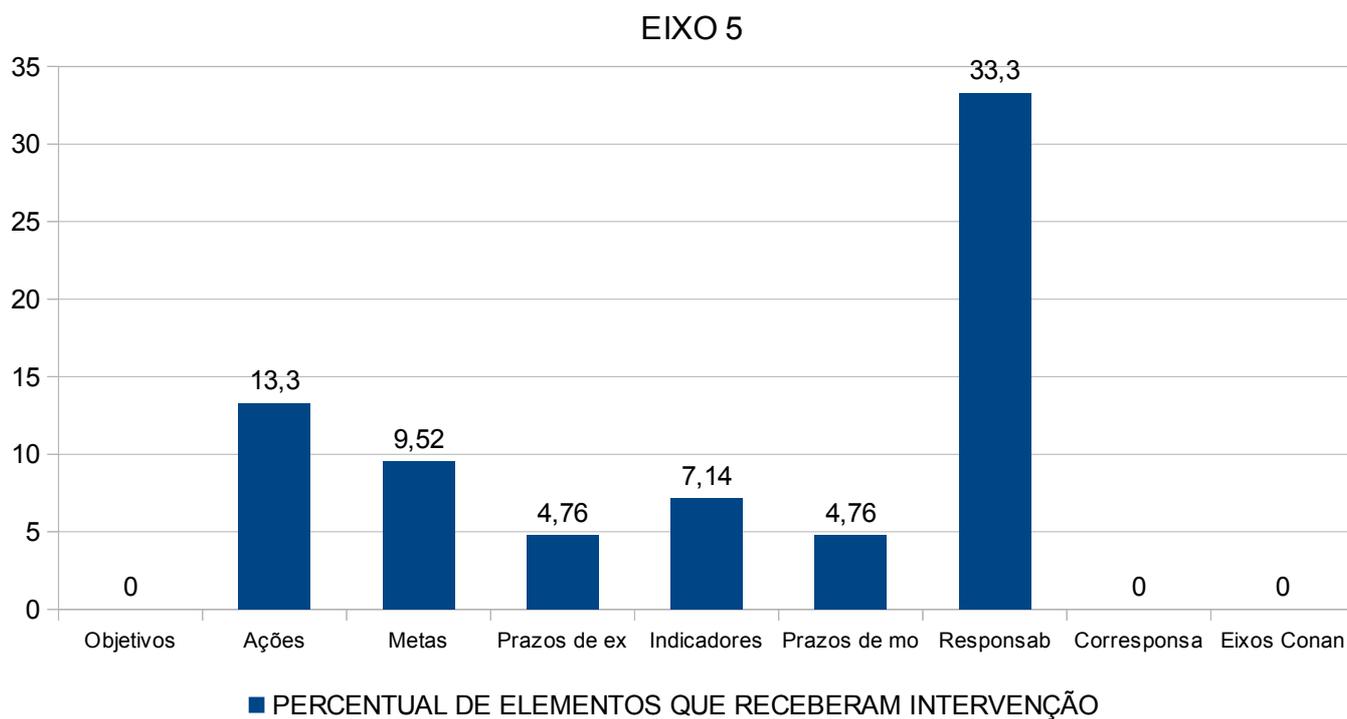
A seguir, através do GRÁFICO 17, é possível verificar como ocorreu a distribuição das intervenções por categoria de cada um dos elementos do Eixo 5.

GRÁFICO 17: NÚMERO TOTAL DE ELEMENTOS ORIGINAIS EM CADA CATEGORIA EM RELAÇÃO AO NÚMERO DE INTERVENÇÕES. EIXO 5.



Com os dados acima fracionados, é possível comparar as categorias de elementos do Eixo 5, para identificar, através do percentual de intervenções, qual categoria de elementos apresentou mais problemas. Para esclarecer, segue abaixo o GRÁFICO 18, pelo qual se infere que a categoria de elementos do Eixo 5 que mais recebeu intervenções foi a da responsabilidade, em que 33,3% dos elementos sofreu algum tipo de intervenção.

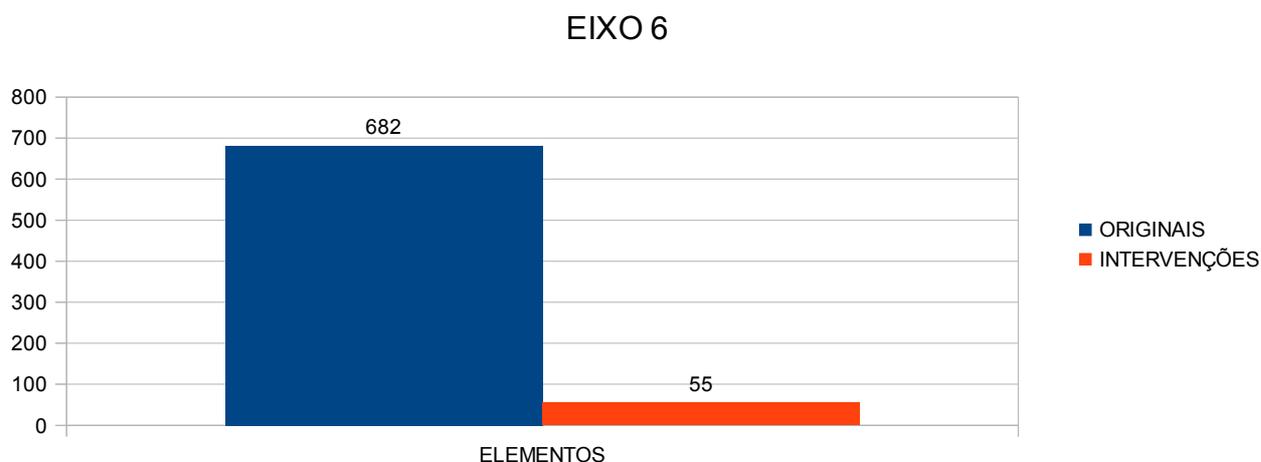
GRÁFICO 18: PERCENTUAL DE INTERVENÇÕES REALIZADAS EM RELAÇÃO A CADA CATEGORIA DE ELEMENTOS. EIXO 5.



3.3.1.6. EIXO 6 – FORTALECIMENTO DAS ESTRUTURAS DO SGD

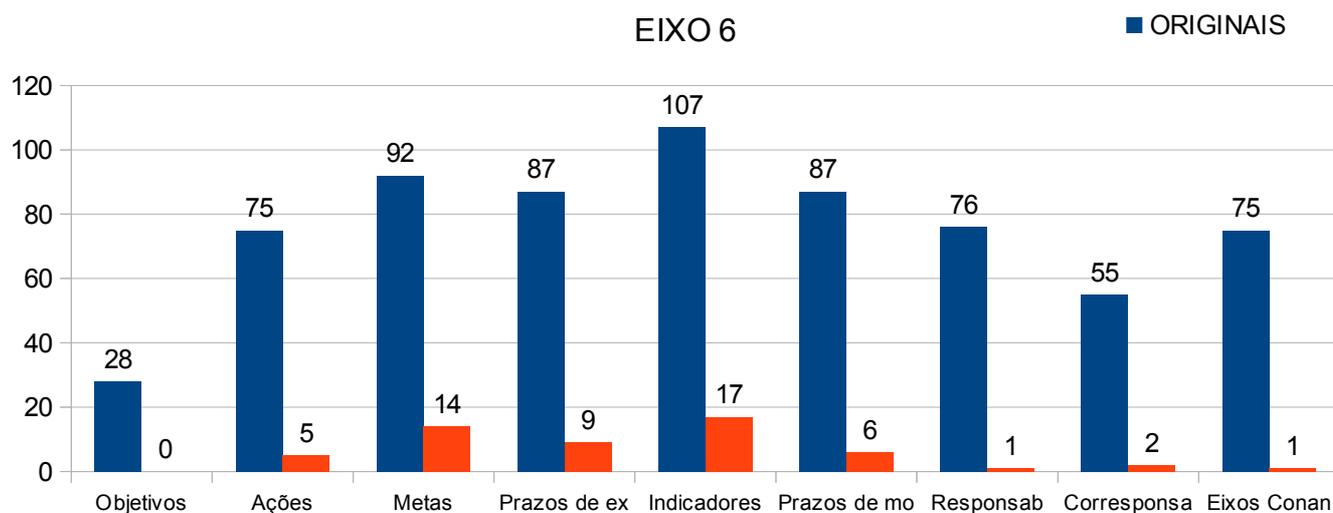
A partir da análise das intervenções realizadas no Eixo 6 do Plano de Ação, é possível inferir que 8% dos elementos deste Eixo foi afetado, isto porque 55 dos seus 682 elementos receberam algum tipo de intervenção. Para esclarecer, segue abaixo o GRÁFICO 19.

GRÁFICO 19: NÚMERO TOTAL DE ELEMENTOS ORIGINAIS EM RELAÇÃO AO NÚMERO TOTAL DE INTERVENÇÕES. EIXO 6.



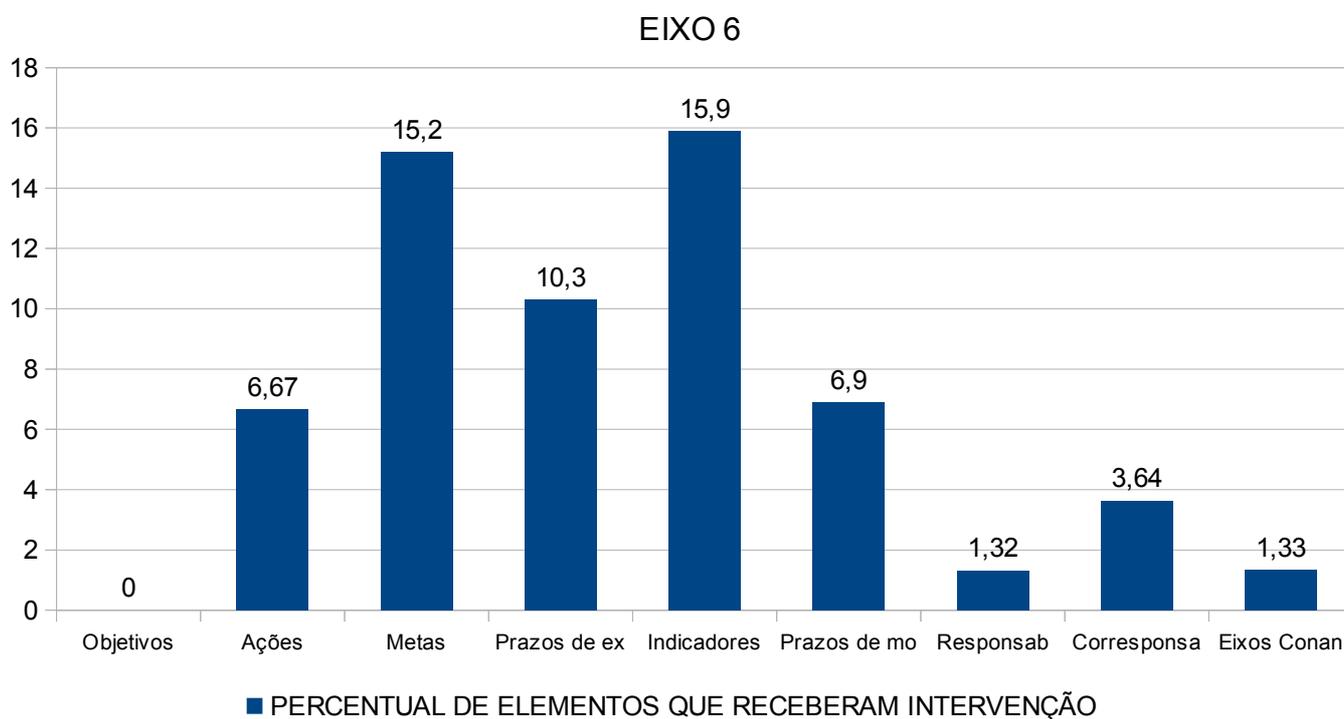
A seguir, através do GRÁFICO 20, é possível verificar como ocorreu a distribuição das intervenções por categoria de cada um dos elementos do Eixo 6.

GRÁFICO 20: NÚMERO TOTAL DE ELEMENTOS ORIGINAIS EM CADA CATEGORIA EM RELAÇÃO AO NÚMERO DE INTERVENÇÕES. EIXO 6.



Com os dados acima fracionados, é possível comparar as categorias de elementos do Eixo 6, para identificar, através do percentual de intervenções, qual categoria de elementos apresentou mais problemas. Para esclarecer, segue abaixo o GRÁFICO 21, pelo qual se infere que a categoria de elementos do Eixo 6 que mais recebeu intervenções foi a dos indicadores de resultado, em que 15,9% dos elementos sofreu algum tipo de intervenção.

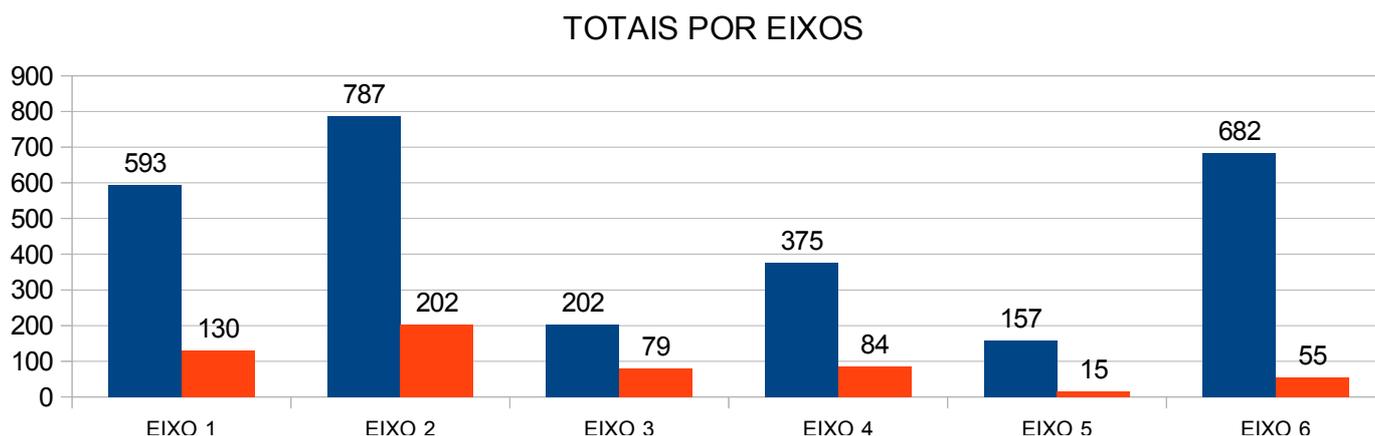
GRÁFICO 21: PERCENTUAL DE INTERVENÇÕES REALIZADAS EM RELAÇÃO A CADA CATEGORIA DE ELEMENTOS. EIXO 6.



3.3.1.7. TOTAIS POR EIXOS

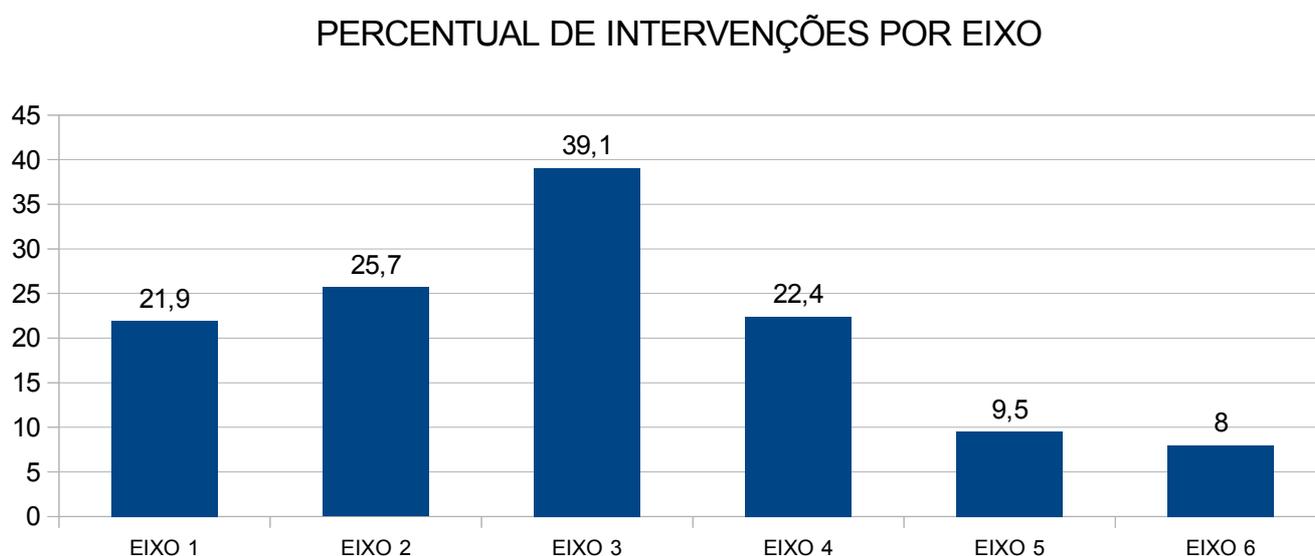
Considerando os dados acima apresentados, verificou-se que o Eixo 3 foi o que recebeu mais intervenções, eis que 39% de seus elementos recebeu algum tipo de intervenção, conforme se vê abaixo no GRÁFICO 22.

GRÁFICO 22: NÚMERO TOTAL DE ELEMENTOS ORIGINAIS EM CADA EIXO EM RELAÇÃO AO NÚMERO DE INTERVENÇÕES.



A partir desses dados, pode-se perceber, também, que as intervenções realizadas no Eixo 3 representaram 39% dos seus elementos, enquanto as intervenções realizadas no Eixo 2, o segundo mais alterado, representaram 25,7%.²²

GRÁFICO 23: PERCENTUAL DE INTERVENÇÕES POR EIXO.

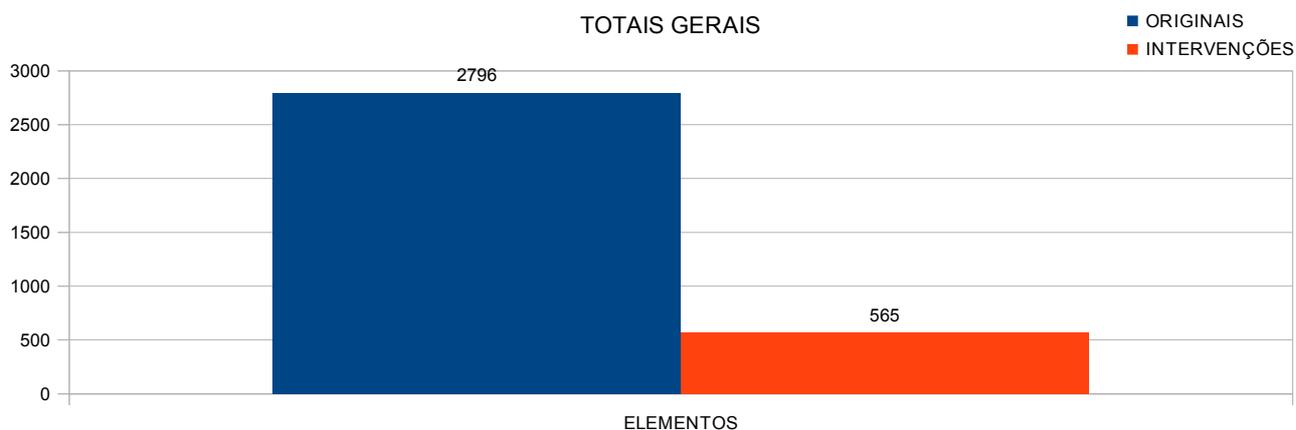


²² Alguns percentuais foram arredondados para melhor assimilação.

3.3.1.8. TOTAIS GERAIS

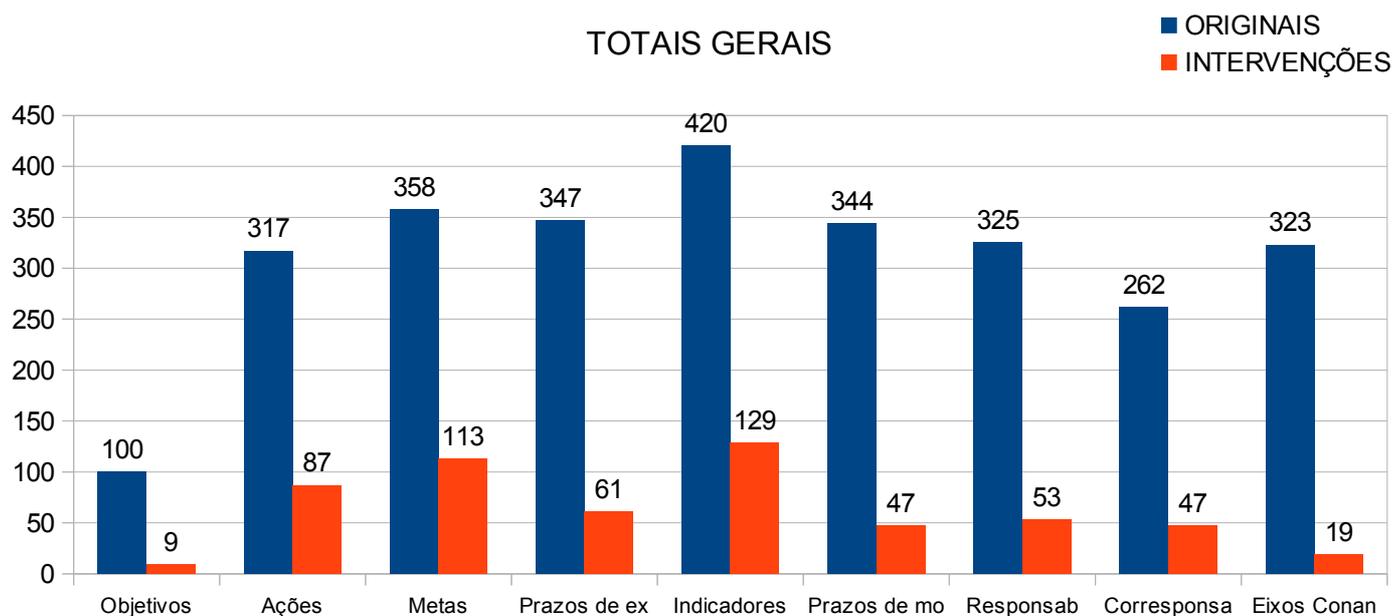
Com a análise das intervenções realizadas em todos os Eixos do Plano de Ação, é possível inferir que **20% de todos os elementos foram afetados**, isto porque 565 dos seus 2796 elementos receberam algum tipo de intervenção. Para esclarecer, segue abaixo o GRÁFICO 24.

GRÁFICO 24: NÚMERO TOTAL DE ELEMENTOS ORIGINAIS DO PLANO DE AÇÃO EM RELAÇÃO AO NÚMERO TOTAL DE INTERVENÇÕES.



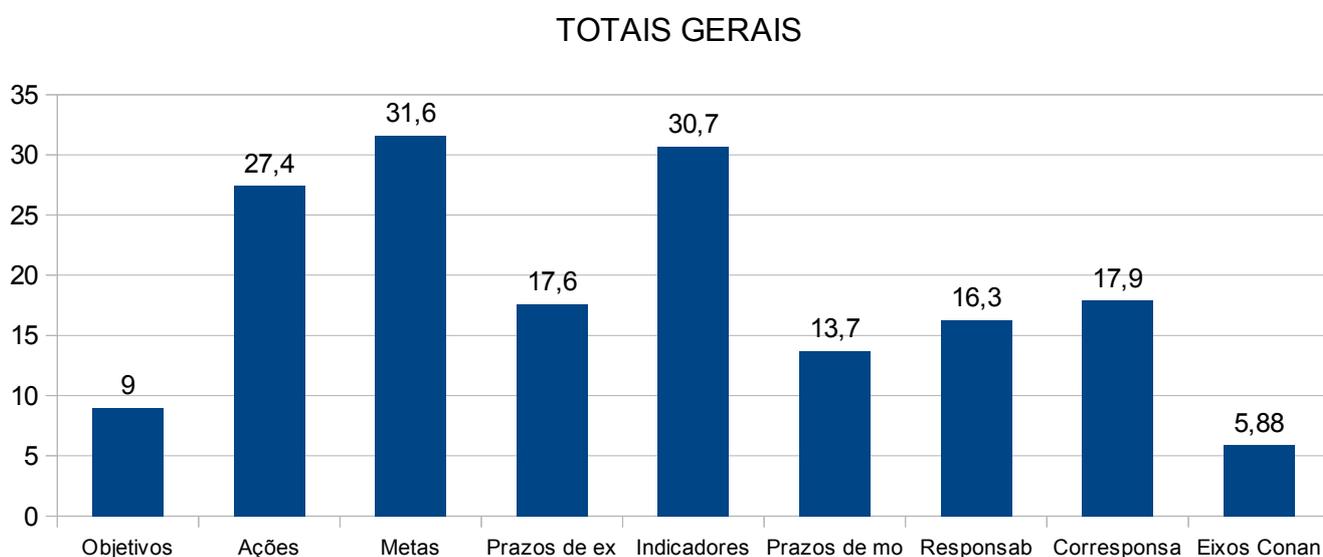
A seguir, através do GRÁFICO 25, é possível verificar como ocorreu a distribuição das intervenções por categoria de cada um dos elementos do Plano de Ação.

GRÁFICO 25: NÚMERO TOTAL DE ELEMENTOS ORIGINAIS EM CADA CATEGORIA EM RELAÇÃO AO NÚMERO DE INTERVENÇÕES.



Com os dados acima fracionados, é possível comparar as categorias de elementos de todos os Eixos do Plano de Ação, para identificar, através do percentual de intervenções, qual categoria de elementos apresentou mais problemas. Para esclarecer, segue abaixo o GRÁFICO 26, pelo qual se infere que a categoria de elementos dos Eixos do Plano de Ação que mais recebeu intervenções foi a das metas, em que 31,6% dos elementos sofreu algum tipo de intervenção.

GRÁFICO 26: PERCENTUAL DE INTERVENÇÕES REALIZADAS EM RELAÇÃO A CADA CATEGORIA DE ELEMENTOS.



3.3.2. DOS RESPONSÁVEIS

Para além de mensurar quantos elementos do Plano de Ação receberam algum tipo de intervenção e identificá-los, faz-se necessário realizar análise de como estas intervenções tocam os responsáveis. O exame realizado neste tópico procura esclarecer como cada responsável foi afetado pelas intervenções realizadas em cada Eixo, bem como encontrar a relação entre as intervenções identificadas na análise anterior e cada um dos responsáveis. Com isso, também será possível compreender como os elementos e intervenções vinculadas a cada um dos responsáveis está distribuído nos Eixos do Plano de Ação.

Deve-se atentar para o fato de que, para a análise realizada neste tópico, os elementos foram contabilizados na medida em que tocavam algum responsável. Assim, é possível que determinado elemento toque mais de 1 (um) responsável, motivo pelo qual foi contabilizado mais de 1 (uma) vez, ou seja, todos os elementos que tocam responsabilidades compartilhadas foram contabilizadas conforme o número de responsáveis.²³

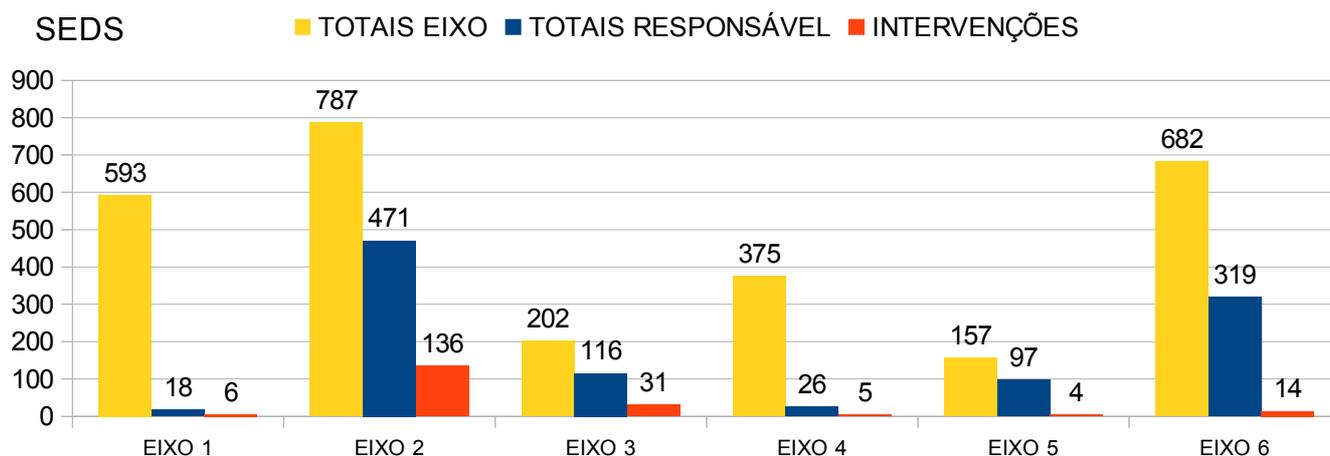
A seguir, identifica-se a relação dos elementos vinculados aos responsáveis e as intervenções ocorridas em cada Eixo.

²³ Por exemplo, os elementos localizados no Eixo 3, Objetivo 3, foram contados aqui tanto para o CEDCA/PR quanto para a SEDS, somando-se um elemento de cada categoria para cada um destes responsáveis. (1 Objetivo para a SEDS e 1 Objetivo para o CEDCA/PR, 1 Ação para a SEDS e 1 Ação para o CEDCA/PR e etc.)

3.3.2.1. SEDS

O Plano de Ação do Plano Decenal contém 1047 (mil e quarenta e sete) elementos que tocam a SEDS como responsável. A partir daí, é possível verificar como estes elementos estão distribuídos pelos Eixos do Plano de Ação e também como foram distribuídas as intervenções relacionadas a este responsável.

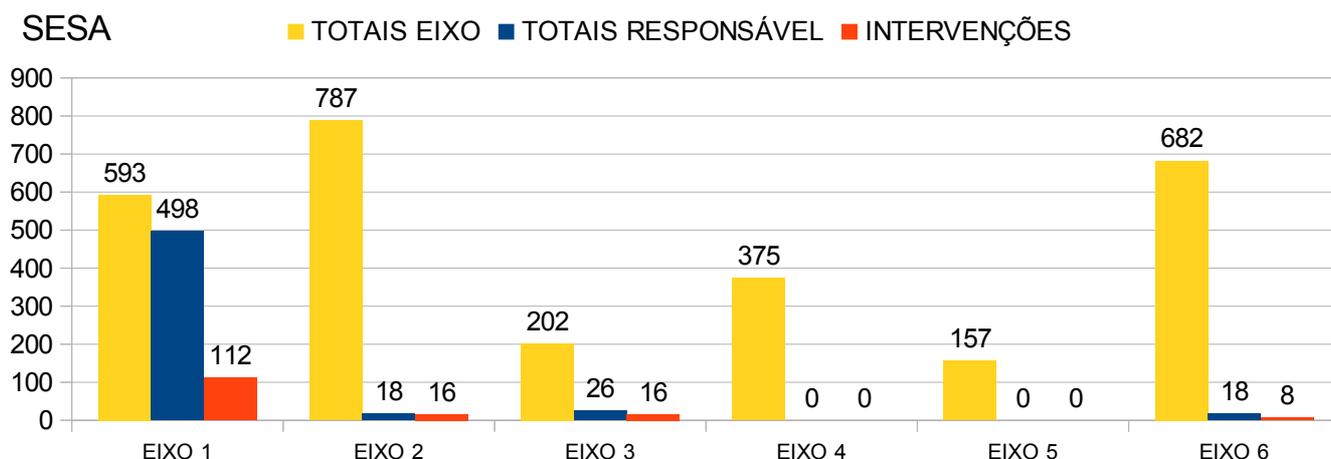
GRÁFICO 27. INTERVENÇÕES E ELEMENTOS VINCULADOS AO RESPONSÁVEL.



3.3.2.2. SESA

O Plano de Ação do Plano Decenal contém 560 (quinhentos e sessenta) elementos que tocam a SESA como responsável. A partir daí, é possível verificar como estes elementos estão distribuídos pelos Eixos do Plano de Ação e também como foram distribuídas as intervenções relacionadas a este responsável.

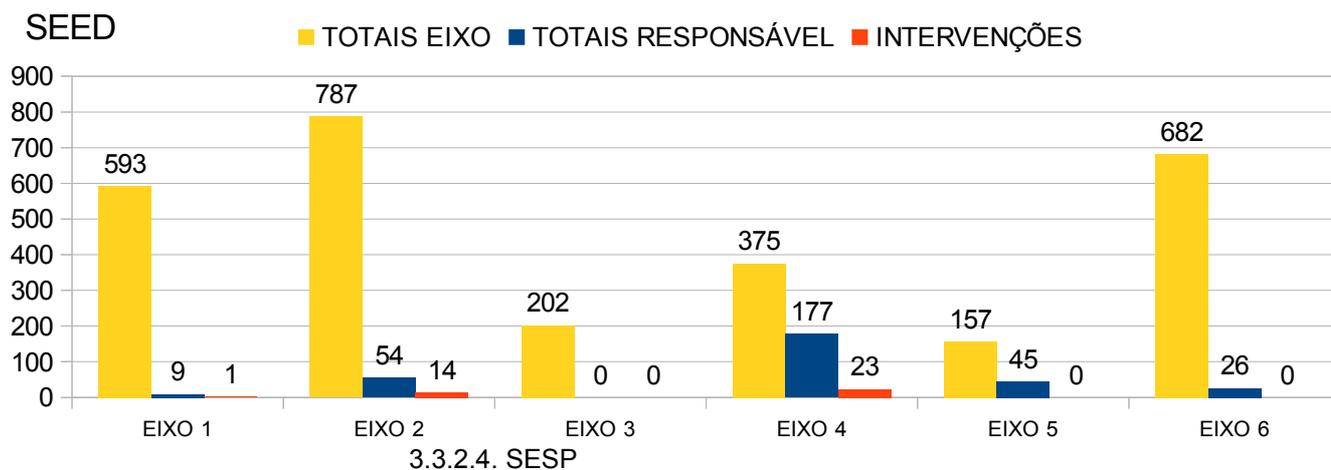
GRÁFICO 28. INTERVENÇÕES E ELEMENTOS VINCULADOS AO RESPONSÁVEL.



3.3.2.3. SEED

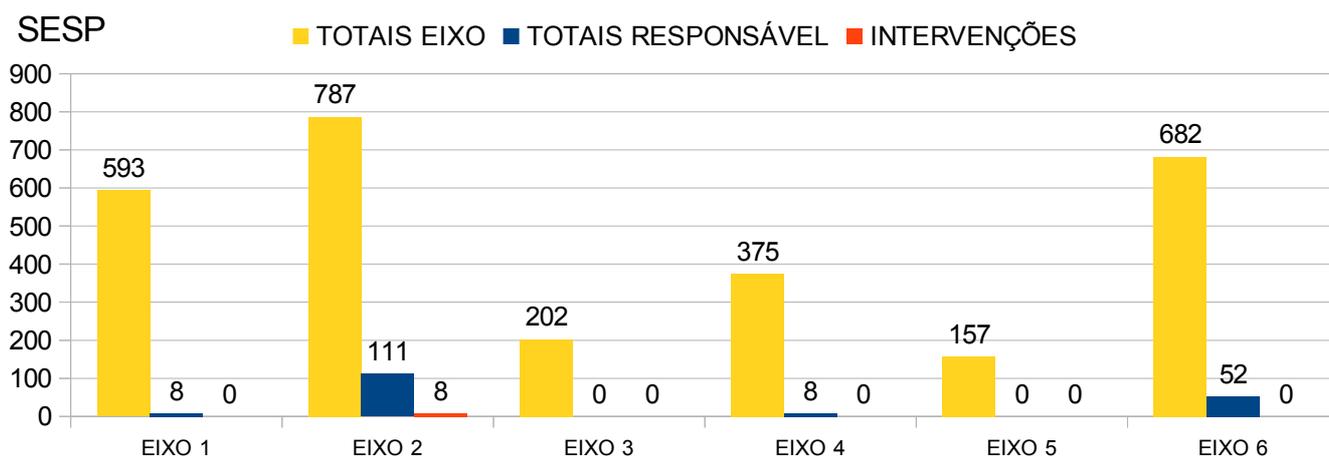
O Plano de Ação do Plano Decenal contém 311 (trezentos e onze) elementos que tocam a SEED como responsável. A partir daí, é possível verificar como estes elementos estão distribuídos pelos Eixos do Plano de Ação e também como foram distribuídas as intervenções relacionadas a este responsável.

GRÁFICO 29. INTERVENÇÕES E ELEMENTOS VINCULADOS AO RESPONSÁVEL.



O Plano de Ação do Plano Decenal contém 179 (cento e setenta e nove) elementos que tocam a SESP como responsável. A partir daí, é possível verificar como estes elementos estão distribuídos pelos Eixos do Plano de Ação e também como foram distribuídas as intervenções relacionadas a este responsável.

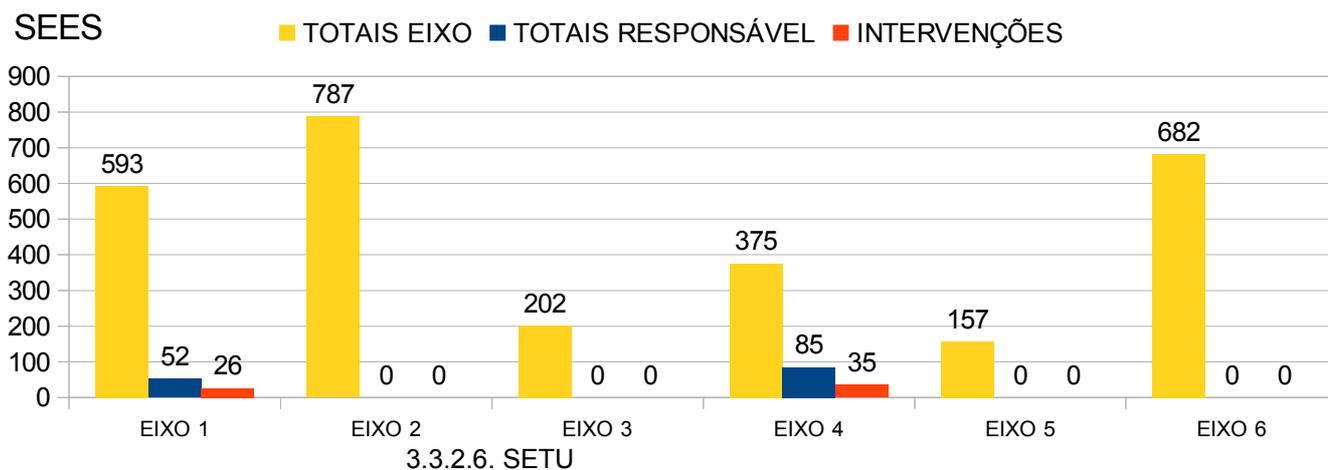
GRÁFICO 30. INTERVENÇÕES E ELEMENTOS VINCULADOS AO RESPONSÁVEL.



3.3.2.5. SEES

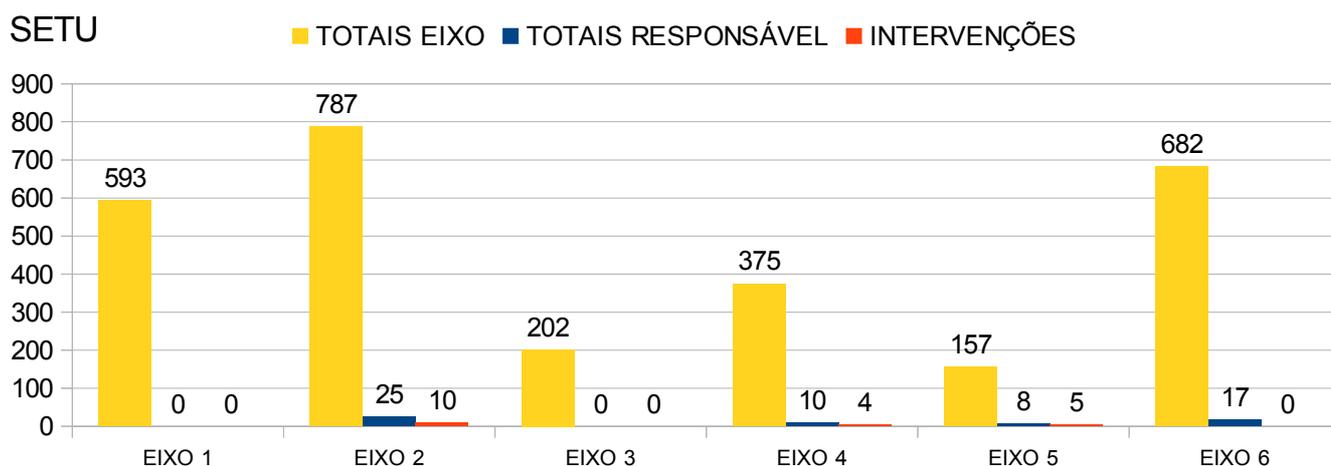
O Plano de Ação do Plano Decenal contém 137 (cento e trinta e sete) elementos que tocam a SEES como responsável. A partir daí, é possível verificar como estes elementos estão distribuídos pelos Eixos do Plano de Ação e também como foram distribuídas as intervenções relacionadas a este responsável.

GRÁFICO 31. INTERVENÇÕES E ELEMENTOS VINCULADOS AO RESPONSÁVEL.



O Plano de Ação do Plano Decenal contém 60 (sessenta) elementos que tocam a SETU como responsável. A partir daí, é possível verificar como estes elementos estão distribuídos pelos Eixos do Plano de Ação e também como foram distribuídas as intervenções relacionadas a este responsável.

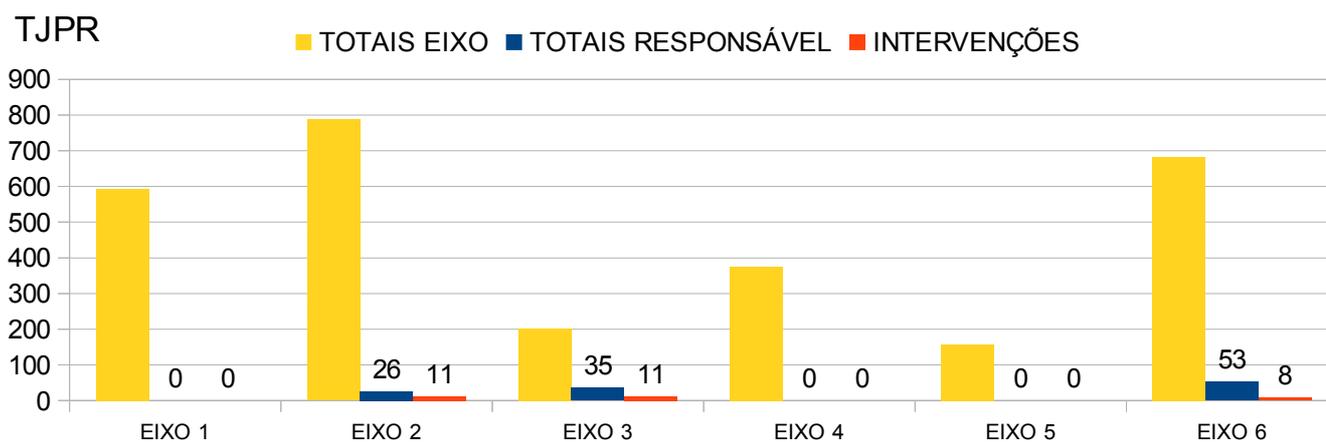
GRÁFICO 32. INTERVENÇÕES E ELEMENTOS VINCULADOS AO RESPONSÁVEL.



3.3.2.7. TJPR

O Plano de Ação do Plano Decenal contém 114 (cento e quatorze) elementos que tocam o TJPR como responsável. A partir daí, é possível verificar como estes elementos estão distribuídos pelos Eixos do Plano de Ação e também como foram distribuídas as intervenções relacionadas a este responsável.

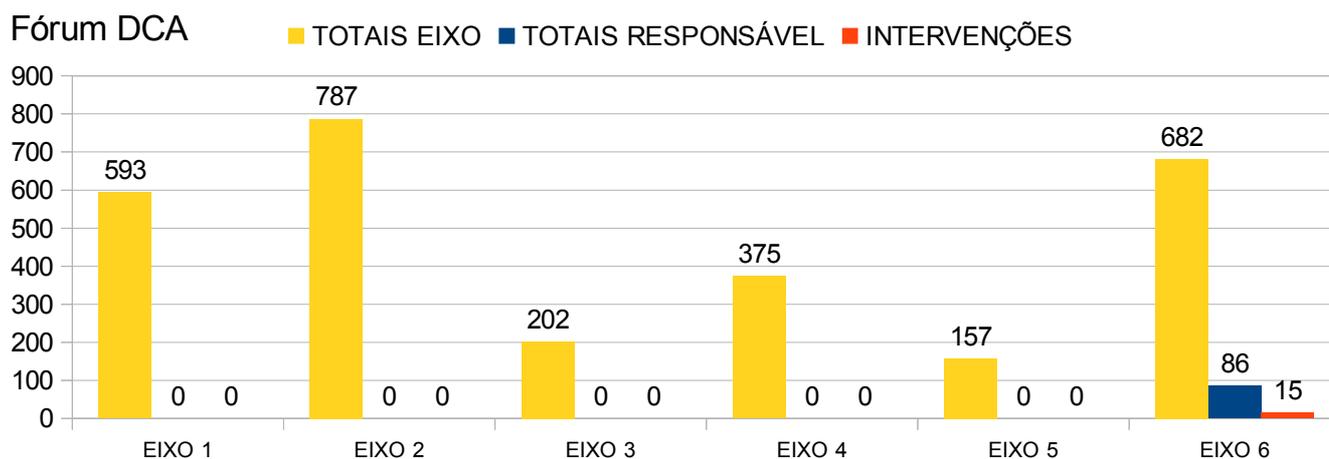
GRÁFICO 33. INTERVENÇÕES E ELEMENTOS VINCULADOS AO RESPONSÁVEL.



3.3.2.8. Fórum DCA

O Plano de Ação do Plano Decenal contém 86 (oitenta e seis) elementos que tocam o Fórum DCA como responsável. A partir daí, é possível verificar como estes elementos estão distribuídos pelos Eixos do Plano de Ação e também como foram distribuídas as intervenções relacionadas a este responsável.

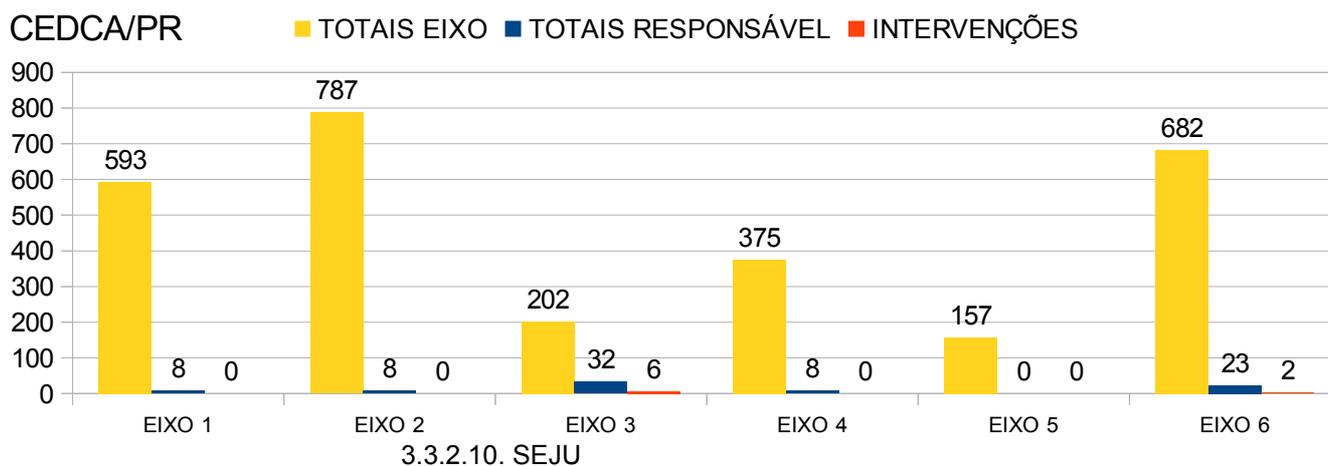
GRÁFICO 34. INTERVENÇÕES E ELEMENTOS VINCULADOS AO RESPONSÁVEL.



3.3.2.9. CEDCA/PR

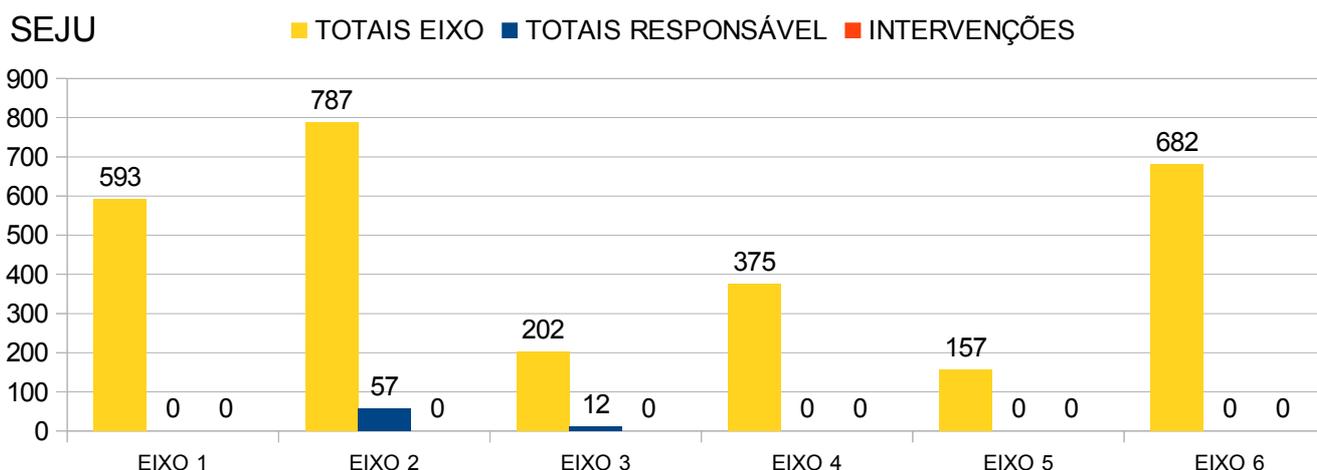
O Plano de Ação do Plano Decenal contém 79 (setenta e nove) elementos que tocam o CEDCA/PR como responsável. A partir daí, é possível verificar como estes elementos estão distribuídos pelos Eixos do Plano de Ação e também como foram distribuídas as intervenções relacionadas a este responsável.

GRÁFICO 35. INTERVENÇÕES E ELEMENTOS VINCULADOS AO RESPONSÁVEL.



O Plano de Ação do Plano Decenal contém 69 (sessenta e nove) elementos que tocam a SEJU como responsável. A partir daí, é possível verificar como estes elementos estão distribuídos pelos Eixos do Plano de Ação e também como foram distribuídas as intervenções relacionadas a este responsável.

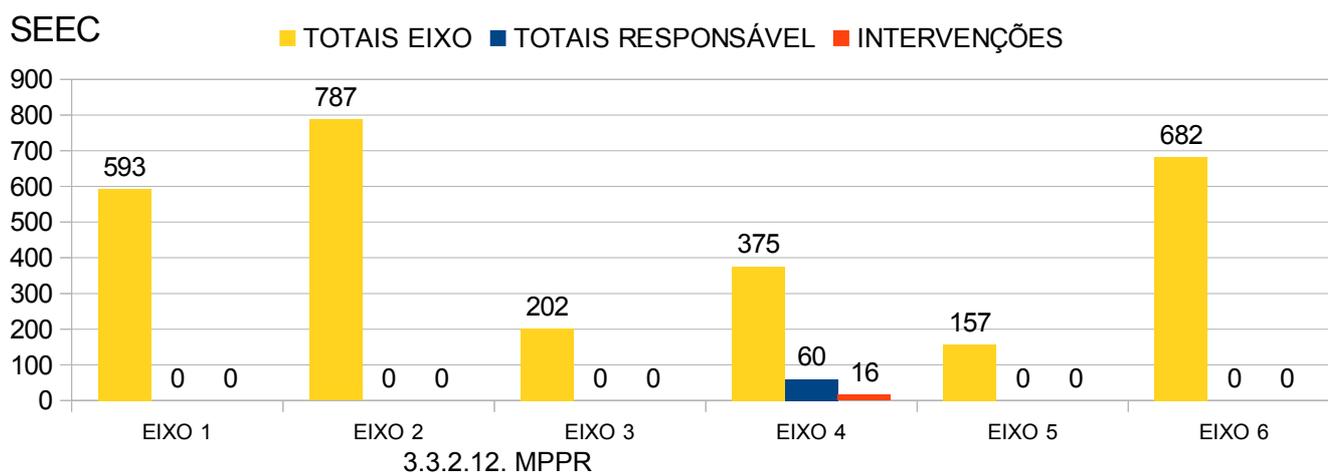
GRÁFICO 36. INTERVENÇÕES E ELEMENTOS VINCULADOS AO RESPONSÁVEL.



3.3.2.11. SEEC

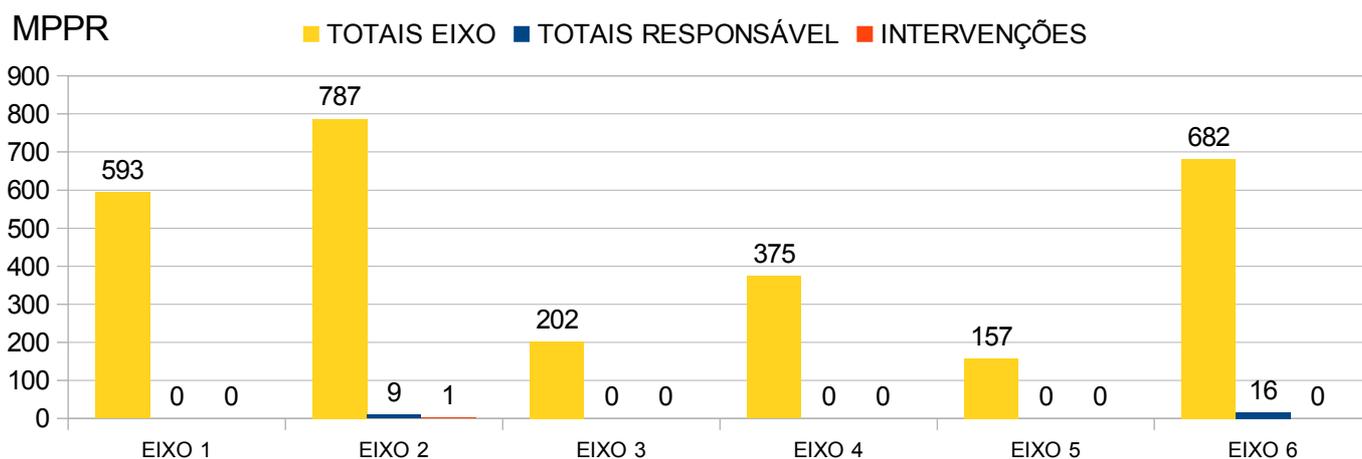
O Plano de Ação do Plano Decenal contém 60 (sessenta) elementos que tocam a SEEC como responsável. A partir daí, é possível verificar como estes elementos estão distribuídos pelos Eixos do Plano de Ação e também como foram distribuídas as intervenções relacionadas a este responsável.

GRÁFICO 37. INTERVENÇÕES E ELEMENTOS VINCULADOS AO RESPONSÁVEL.



O Plano de Ação do Plano Decenal contém 25 (vinte e cinco) elementos que tocam o MPPR como responsável. A partir daí, é possível verificar como estes elementos estão distribuídos pelos Eixos do Plano de Ação e também como foram distribuídas as intervenções relacionadas a este responsável.

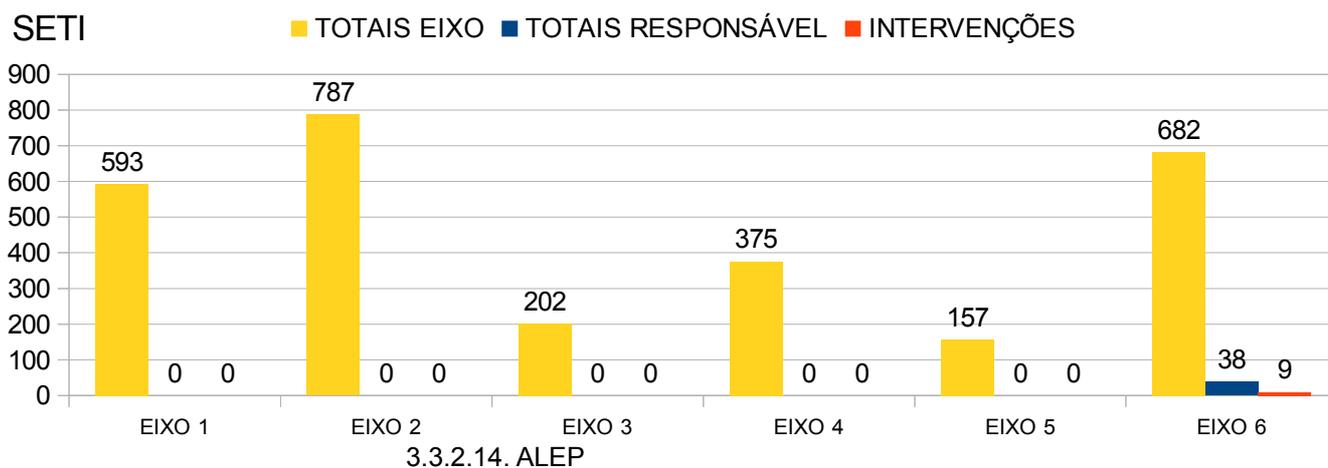
GRÁFICO 38. INTERVENÇÕES E ELEMENTOS VINCULADOS AO RESPONSÁVEL.



3.3.2.13. SETI

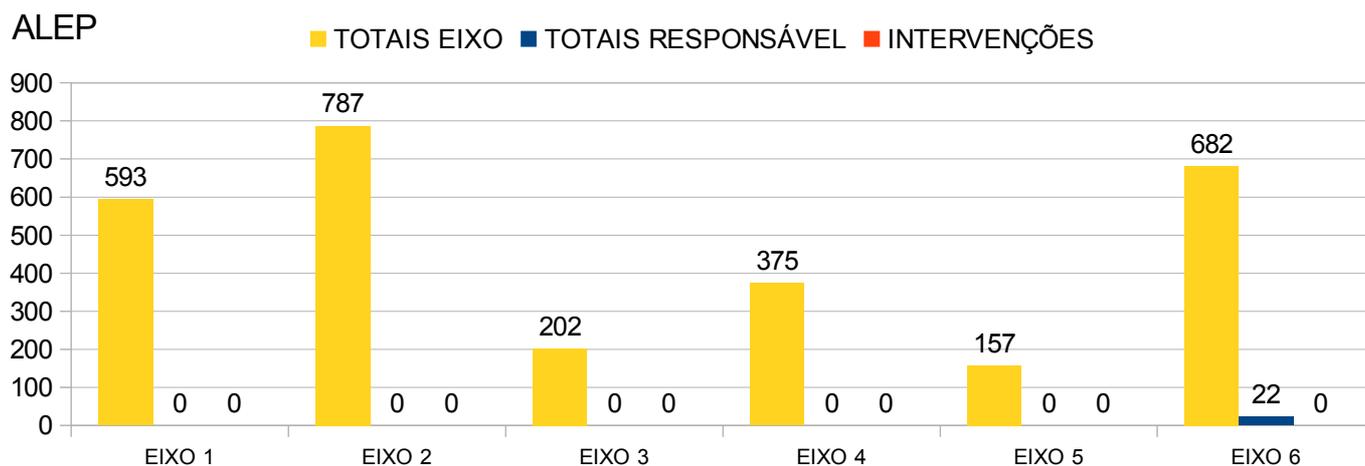
O Plano de Ação do Plano Decenal contém 38 (trinta e oito) elementos que tocam a SETI como responsável. A partir daí, é possível verificar como estes elementos estão distribuídos pelos Eixos do Plano de Ação e também como foram distribuídas as intervenções relacionadas a este responsável.

GRÁFICO 39. INTERVENÇÕES E ELEMENTOS VINCULADOS AO RESPONSÁVEL.



O Plano de Ação do Plano Decenal contém 22 (vinte e dois) elementos que tocam a ALEP como responsável. A partir daí, é possível verificar como estes elementos estão distribuídos pelos Eixos do Plano de Ação e também como foram distribuídas as intervenções relacionadas a este responsável.

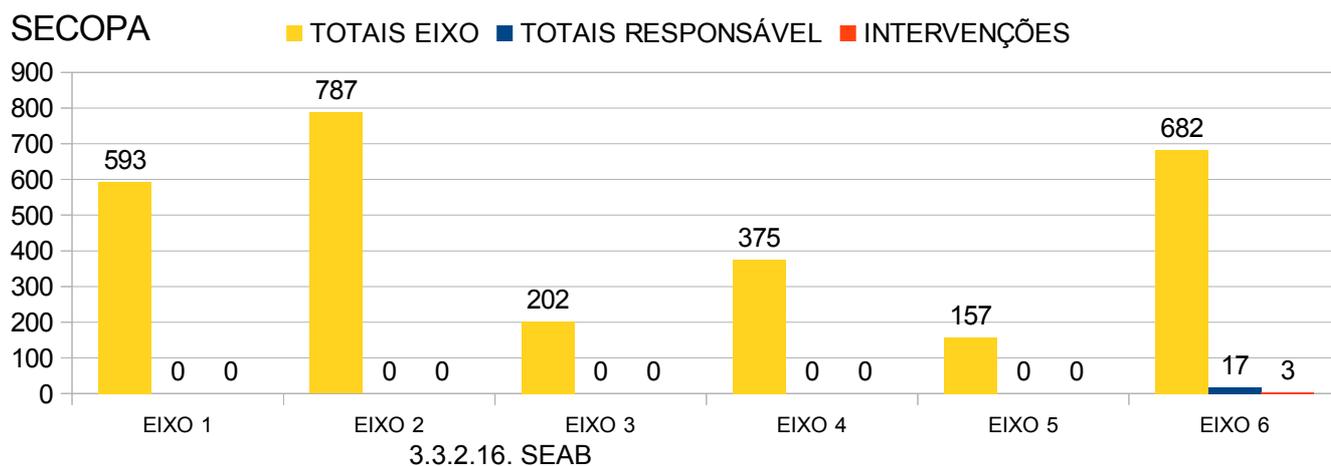
GRÁFICO 40. INTERVENÇÕES E ELEMENTOS VINCULADOS AO RESPONSÁVEL.



3.3.2.15. SECOPA

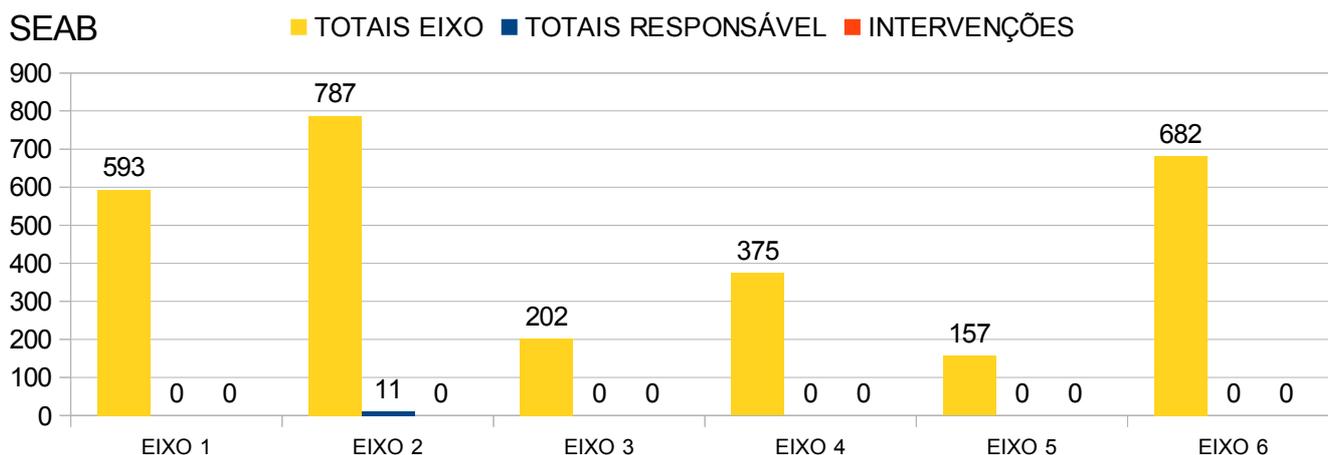
O Plano de Ação do Plano Decenal contém 17 (dezessete) elementos que tocam a SECOPA como responsável. A partir daí, é possível verificar como estes elementos estão distribuídos pelos Eixos do Plano de Ação e também como foram distribuídas as intervenções relacionadas a este responsável.

GRÁFICO 41. INTERVENÇÕES E ELEMENTOS VINCULADOS AO RESPONSÁVEL.



O Plano de Ação do Plano Decenal contém 11 (onze) elementos que tocam a SEAB como responsável. A partir daí, é possível verificar como estes elementos estão distribuídos pelos Eixos do Plano de Ação e também como foram distribuídas as intervenções relacionadas a este responsável.

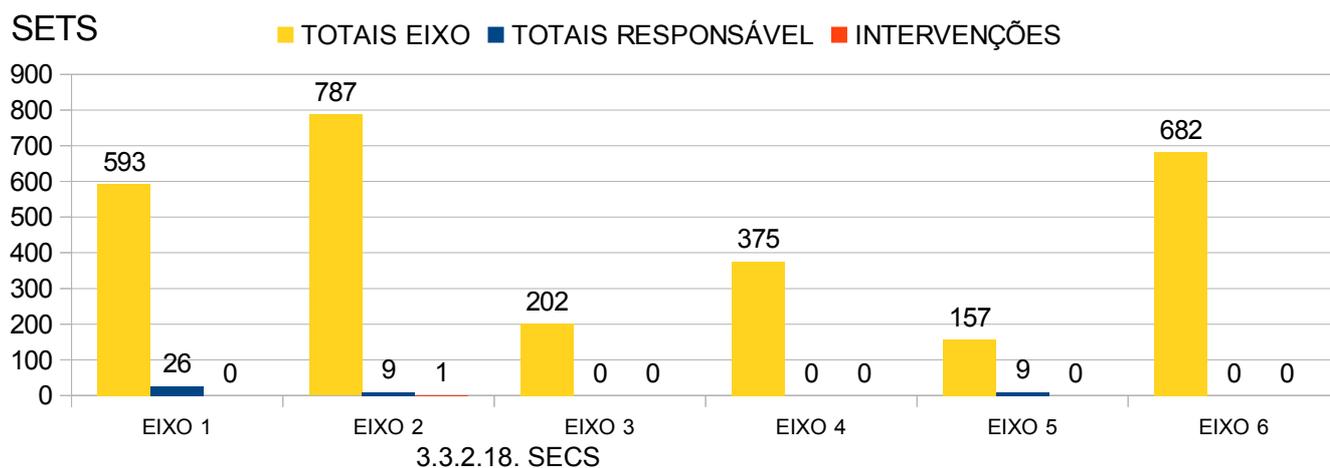
GRÁFICO 42. INTERVENÇÕES E ELEMENTOS VINCULADOS AO RESPONSÁVEL.



3.3.2.17. SETS

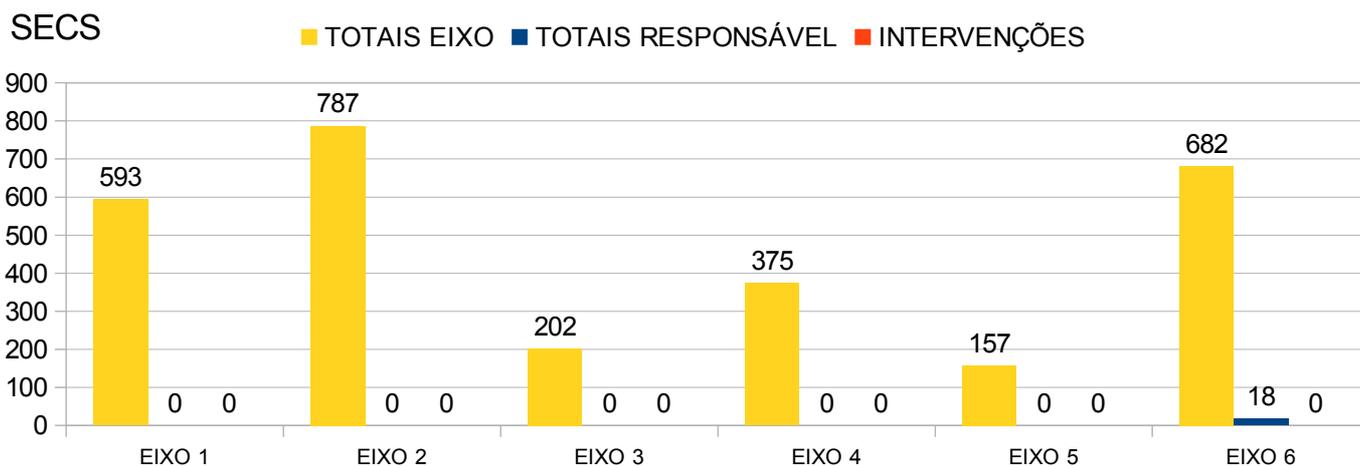
O Plano de Ação do Plano Decenal contém 44 (quarenta e quatro) elementos que tocam a SETS como responsável. A partir daí, é possível verificar como estes elementos estão distribuídos pelos Eixos do Plano de Ação e também como foram distribuídas as intervenções relacionadas a este responsável.

GRÁFICO 43. INTERVENÇÕES E ELEMENTOS VINCULADOS AO RESPONSÁVEL.



O Plano de Ação do Plano Decenal contém 18 (dezoito) elementos que tocam a SECS como responsável. A partir daí, é possível verificar como estes elementos estão distribuídos pelos Eixos do Plano de Ação e também como foram distribuídas as intervenções relacionadas a este responsável.

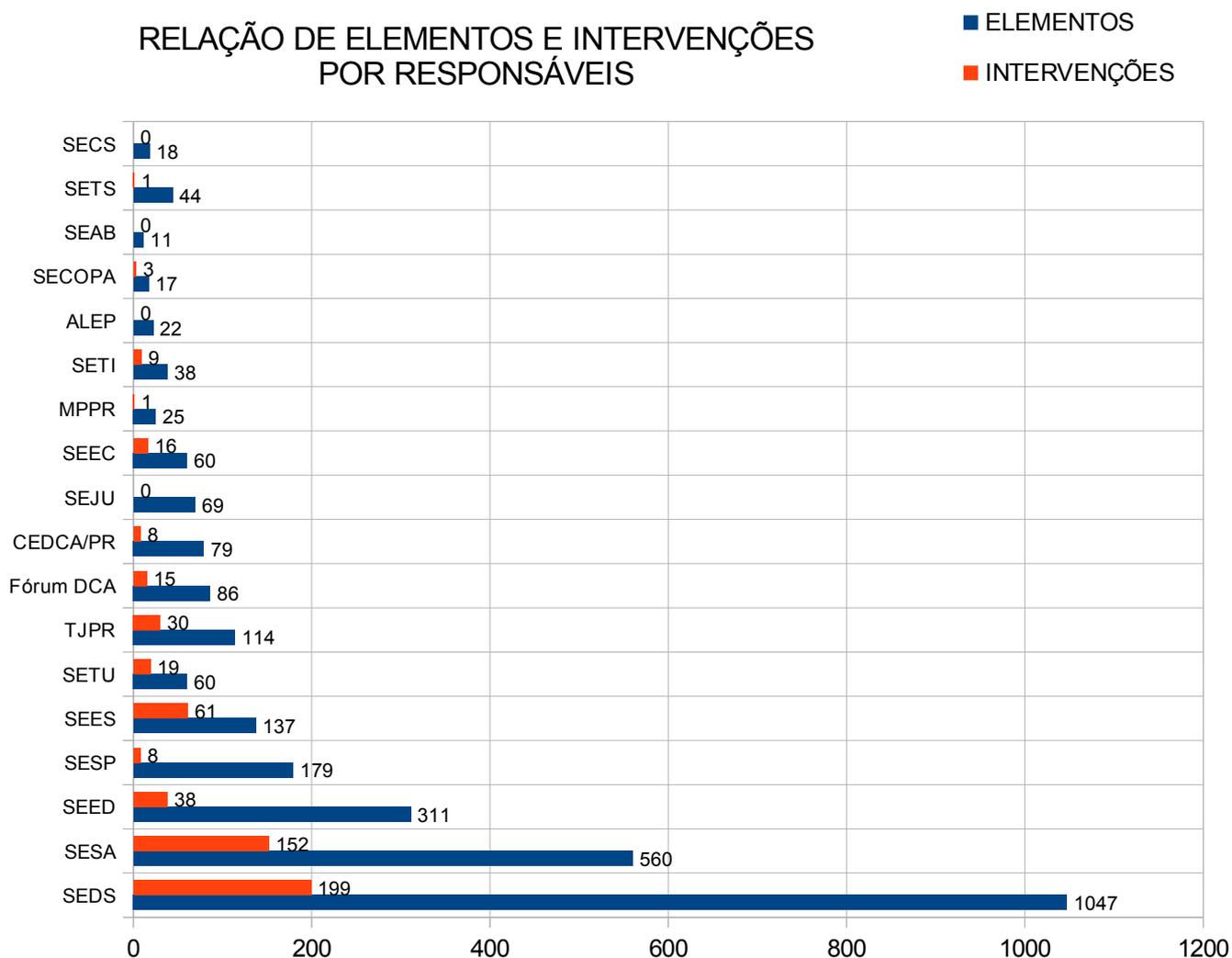
GRÁFICO 44. INTERVENÇÕES E ELEMENTOS VINCULADOS AO RESPONSÁVEL.



3.3.2.19. TOTAIS POR RESPONSÁVEIS

Com o número de elementos vinculados a cada um dos responsáveis nos 6 Eixos do Plano de Ação, é possível verificar a relação entre o total de elementos a eles relacionados e as intervenções realizadas. O GRÁFICO 45, abaixo, cuida da relação entre o total de elementos vinculados a cada um dos responsáveis e as respectivas intervenções.

GRÁFICO 45. RELAÇÃO DE ELEMENTOS E INTERVENÇÕES POR RESPONSÁVEIS



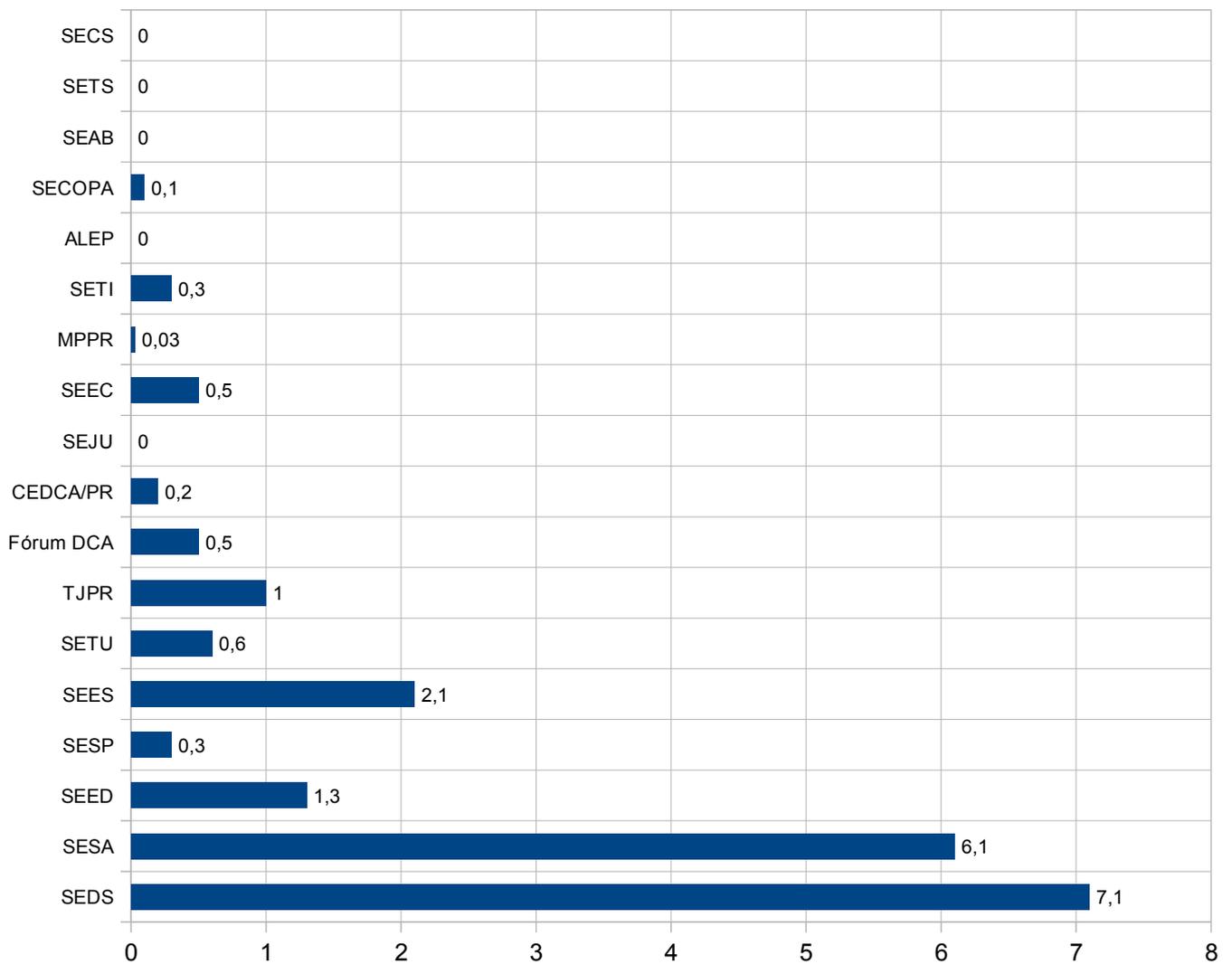
Através do GRÁFICO 45, acima, é possível identificar que, em relação ao número total de elementos do Plano de Ação, a SEDS é o responsável cujos elementos vinculados mais sofreram intervenções. Ao todo, foram realizadas 199 intervenções em elementos relacionados a este responsável. O outro responsável cujos elementos vinculados mais receberam intervenções é a SESA, com 152 intervenções.

A partir do GRÁFICO 24 foi possível verificar, considerando o total de elementos presentes em todos os Eixos do Plano de Ação, o percentual de elementos que recebeu algum tipo de intervenção, qual seja, 20%. O GRÁFICO 46, abaixo, expõe como este percentual de intervenções está distribuído de acordo com cada um dos responsáveis.

GRÁFICO 46: PERCENTUAL DE INTERVENÇÕES POR RESPONSÁVEL

PERCENTUAL DE INTERVENÇÕES POR RESPONSÁVEL

■ PERCENTUAL

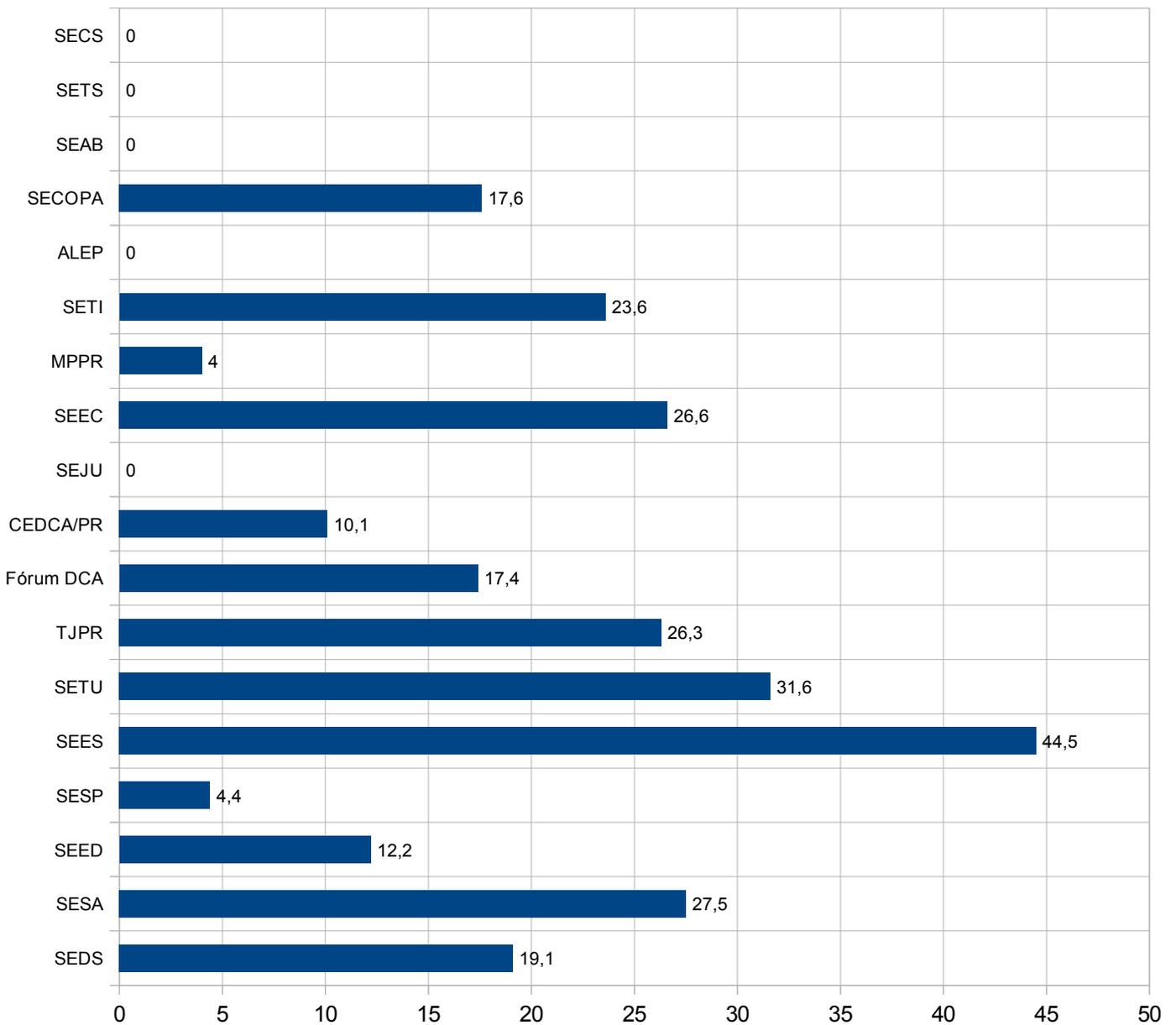


Considerando a relação entre o número total de elementos vinculados a cada um dos responsáveis e o número de intervenções ocorridas, é possível se inferir o percentual de elementos que receberam intervenções.

GRÁFICO 47. PERCENTUAL DE INTERVENÇÕES POR RESPONSÁVEL

RELAÇÃO DE ELEMENTOS E INTERVENÇÕES POR RESPONSÁVEIS

■ PERCENTUAL DE
INTERVENÇÕES



Neste caso, é possível verificar, através do GRAFICO 47, acima, que a SEES, através da SEET, foi o responsável que recebeu 44,5% de intervenções em seus elementos, ou seja, **quase metade dos elementos que tocam a SEES no Plano de Ação recebeu algum tipo de intervenção**. Este percentual foi alcançado porque 61 dos 137 elementos deste responsável receberam intervenções. Em seguida consta a SETU, também representada pela SEET, com 31,6% de seus elementos com intervenções. Lembra-se que nesta análise não foi contabilizado a inclusão de novos elementos.

3.3.3. DA NATUREZA DAS INTERVENÇÕES

O Instrumental de Avaliação do Plano de Ação do Plano Decenal, conforme apresentado no QUADRO 1, foi elaborado a fim de contemplar a alteração e exclusão de elementos originais do Plano de Ação e a inclusão de novos elementos. Inicialmente, para melhor compreensão dos dados apresentados pelos responsáveis e tratar cada situação de modo mais específico, classificaram-se as intervenções entre *i) alteração* e *ii) exclusão*.

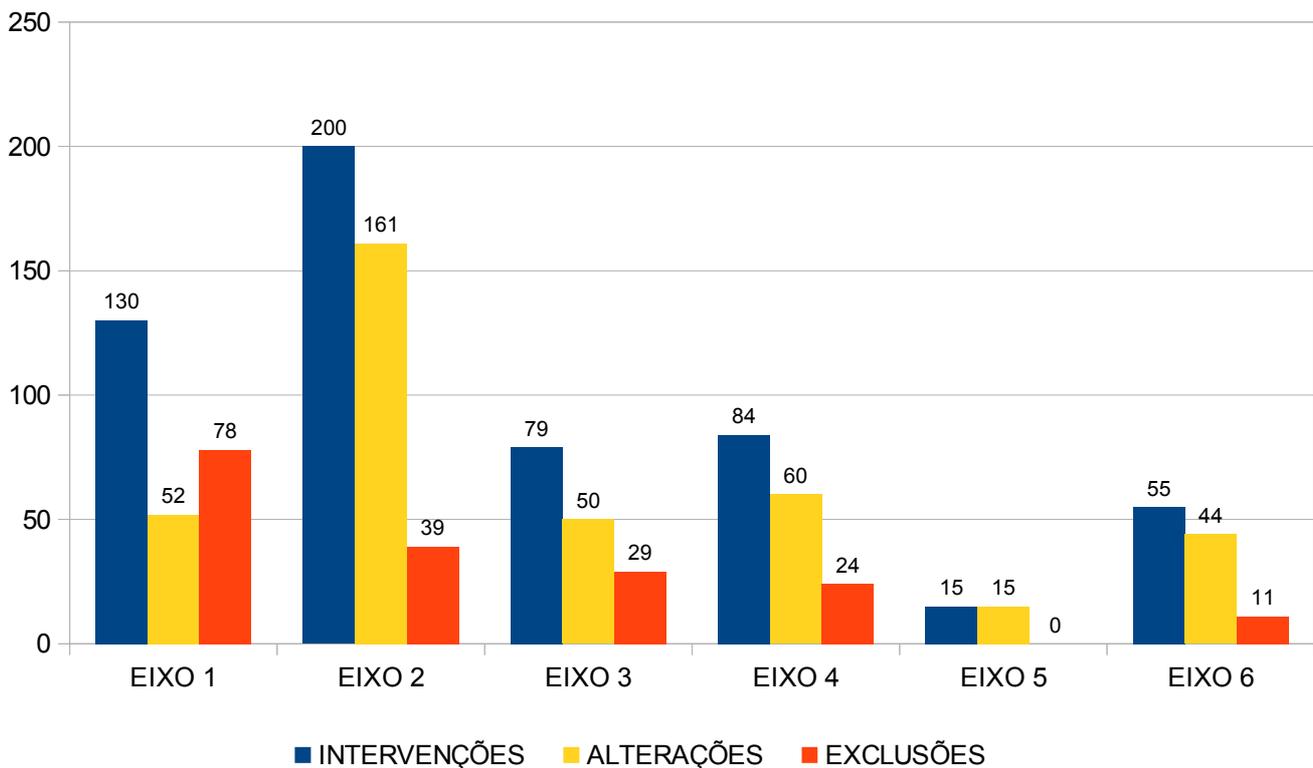
Para a análise realizada neste tópico, a expressão “intervenção” foi utilizada para se referir a qualquer ato ou efeito de mudança do estado original de um ou mais elementos existentes no Plano de Ação. A partir daí, a classificação de intervenção *i) alteração* compreende todas as intervenções que, de algum modo, preservaram o elemento original e, em substituição deste, inseriram uma nova proposta. A classificação de intervenção *ii) exclusão*, cuida da eliminação ou extinção de elementos do Plano de Ação.

QUADRO 3: CLASSIFICAÇÃO DAS INTERVENÇÕES	
ALTERAÇÃO	EXCLUSÃO
Há a preservação de alguma característica do elemento original, através da apresentação de proposta em substituição.	Exclusão do elemento.

Insere-se abaixo o GRÁFICO 48, que detalha, de modo pontual e por Eixo, a relação entre as intervenções apresentadas e sua natureza, ou seja, se a proposta de intervenção era de alteração ou exclusão. Nele é possível comparar como as intervenções realizadas nos elementos originais do Plano de Ação foram distribuídas.

GRÁFICO 48. NATUREZA DAS INTERVENÇÕES, POR EIXO.

NATUREZA DAS INTERVENÇÕES POR EIXO

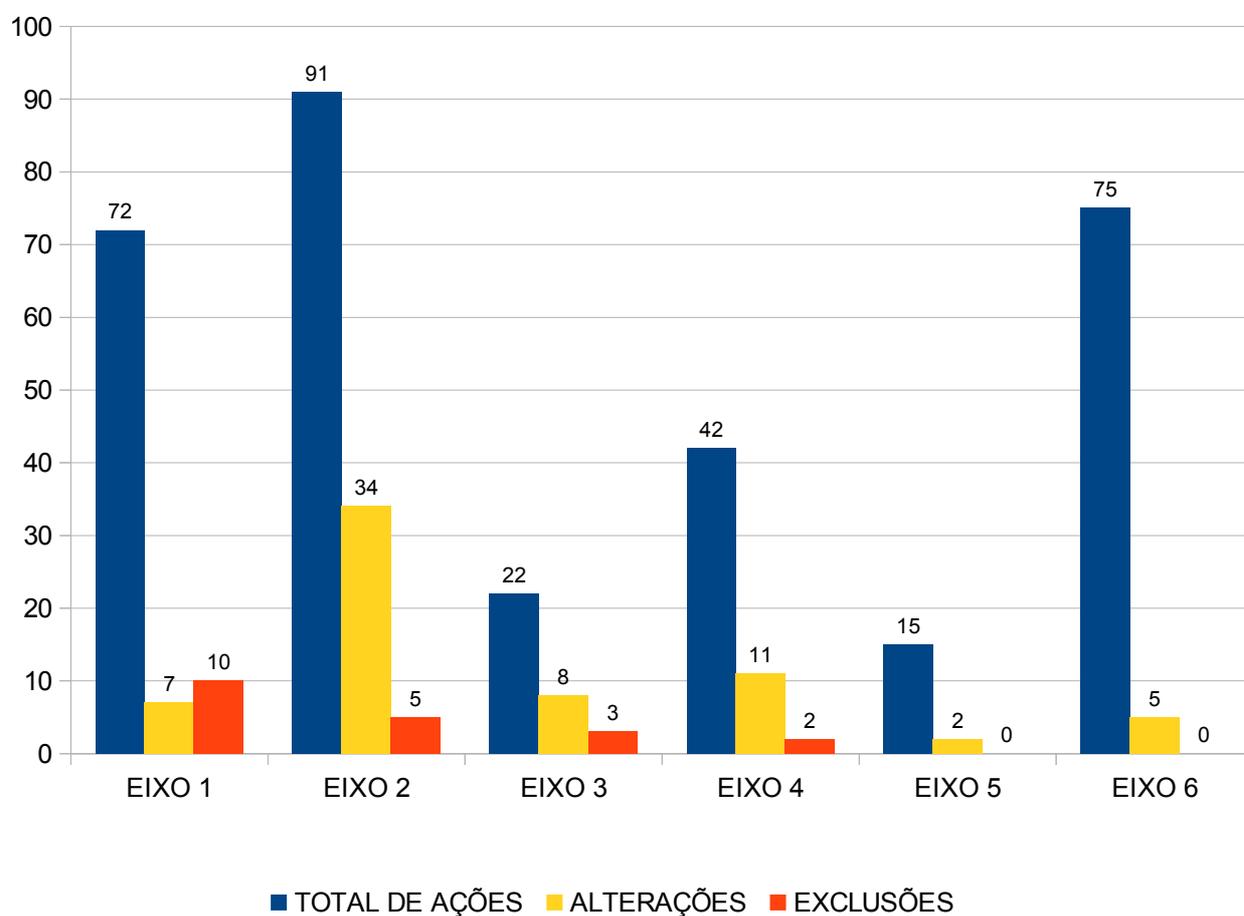


Com os dados acima, conforme indicados no GRÁFICO 48, é possível verificar que mais da metade das 130 intervenções realizadas no Eixo 1 foram de exclusões, o que representa, assim, 60% das intervenções deste Eixo. Ademais, este Eixo foi o que obteve maior quantidade de elementos do Plano de Ação excluídos, sendo, ao todo, 78 deles.

Isolando os números totais do elemento ação em cada eixo e as intervenções realizadas neste tipo de elemento, é possível visualizar quantas ações, em cada eixo, foram alteradas ou excluídas. No GRÁFICO 49, abaixo, vê-se que o Eixo 1, por exemplo, possui, ao todo, 72 ações. Do total das 17 ações deste eixo que sofreram algum tipo de intervenção, 7 foram de alterações e 10 foram de exclusões.

GRÁFICO 49. NATUREZA DAS INTERVENÇÕES EM AÇÕES, POR EIXO

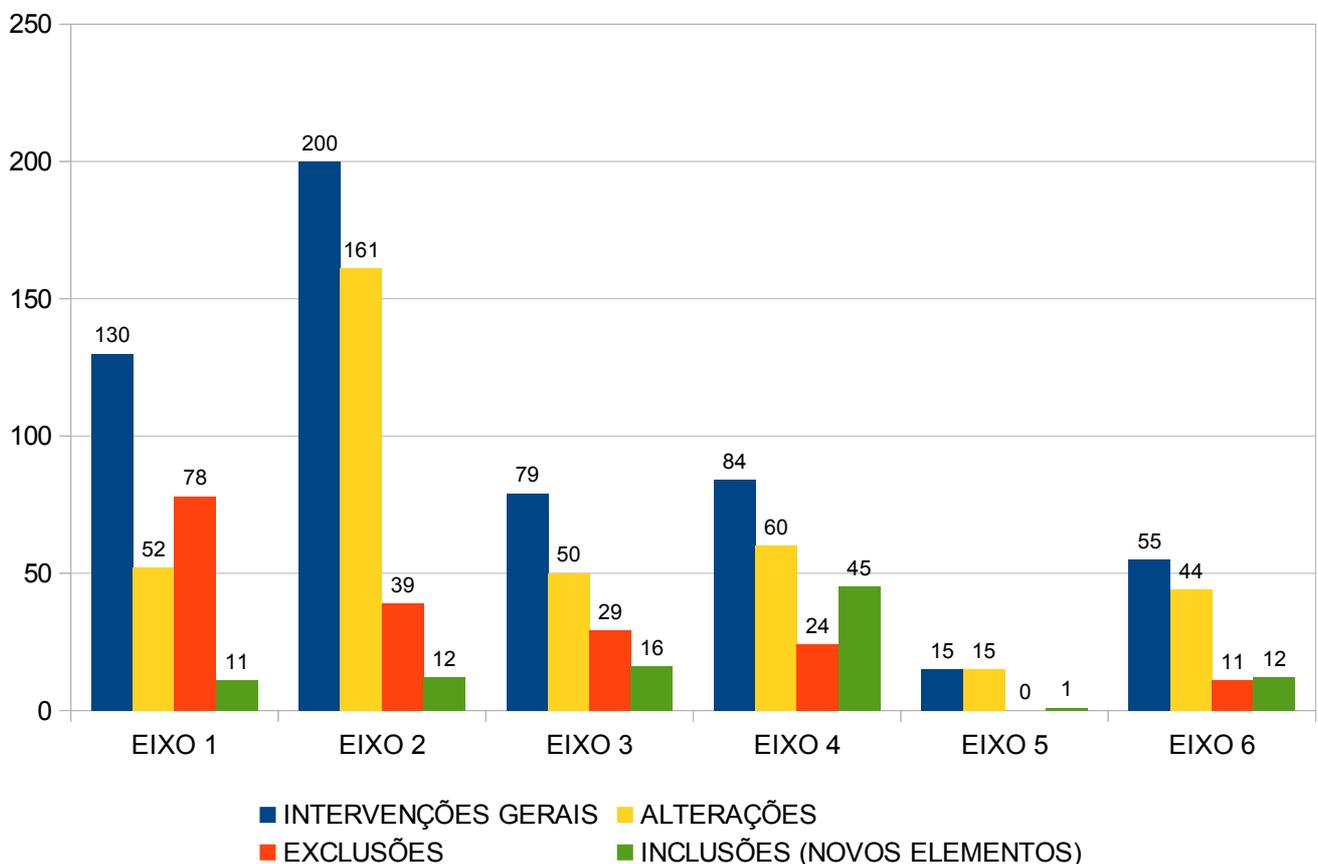
NATUREZA DAS INTERVENÇÕES EM AÇÕES POR EIXO



Na análise realizada a seguir, no GRÁFICO 50, inseriu-se as inclusões realizadas no Plano de Ação, por Eixo, de modo a possibilitar a fácil comparação entre o total de elementos originais que sofreram algum tipo de intervenção, quantos destes são de alteração, quantos destes são de exclusão e, por fim, quantos elementos foram acrescentados. Com isso, é possível identificar e comparar quantos elementos que não existiam no Plano de Ação original foram adicionados.

GRÁFICO 50. NATUREZA DAS INTERVENÇÕES, POR EIXO, E INCLUSÕES.

NATUREZA DAS INTERVENÇÕES POR EIXO

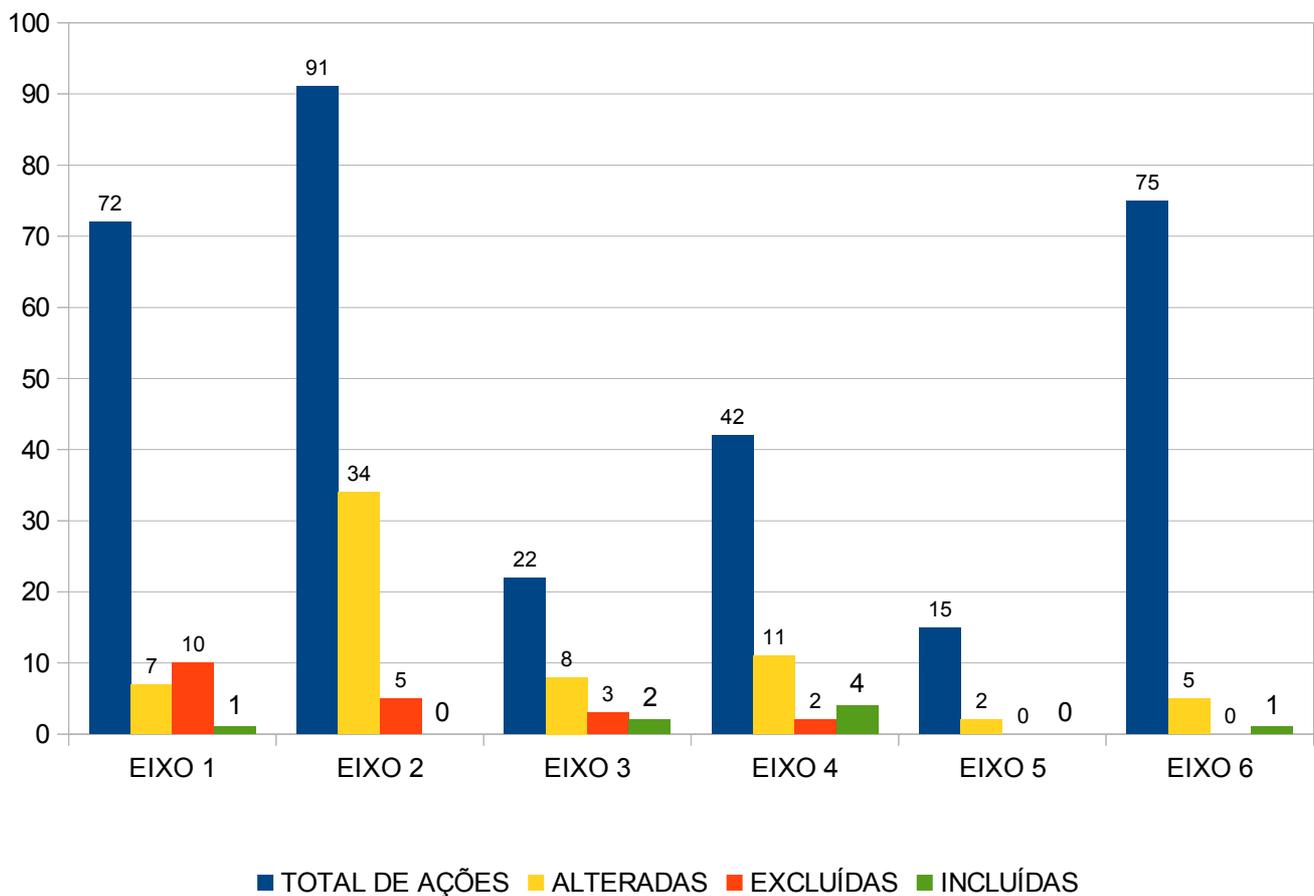


Com estas considerações, conclui-se que, através das 194 propostas de intervenção apresentadas, 382 elementos originais do Plano de Ação foram alterados, 181 excluídos e, ainda, 97 novos elementos foram incluídos ou acrescentados.

O GRÁFICO 51 a seguir permite a comparação entre o número total de ações em cada um dos eixos do Plano de Ação, as intervenções realizadas e a inclusão de novas ações. Com isso, torna-se possível identificar com mais facilidade a localização das intervenções em relação às inclusões. Ao todo, foram incluídas 8 novas ações, concentrando-se 4 delas no Eixo 4.

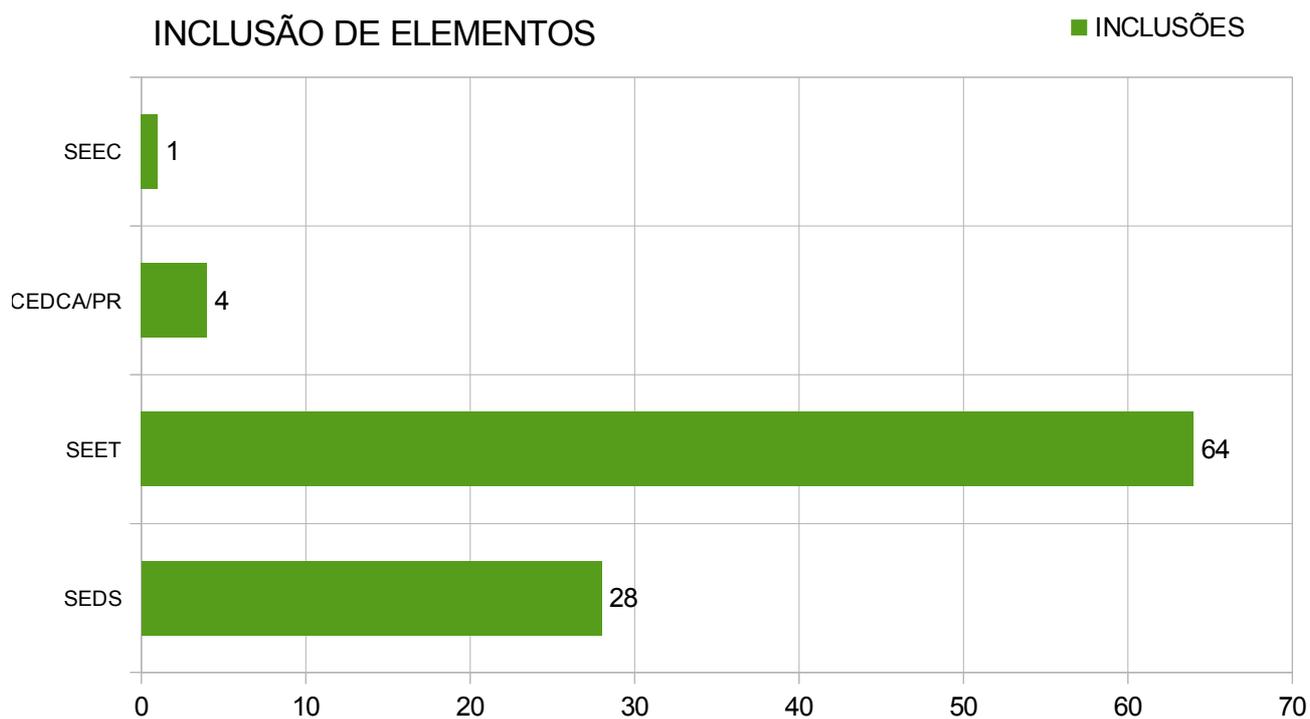
GRÁFICO 51. NATUREZA DAS INTERVENÇÕES EM AÇÕES E INCLUSÕES POR EIXO.

NATUREZA DAS INTERVENÇÕES E INCLUSÕES DE AÇÕES POR EIXO



Através do GRÁFICO 52, abaixo, é possível verificar que a SEET, enquanto representante dos responsáveis SEES e SETU, realizou a inclusão de 64 novos elementos no Plano de Ação. As inclusões, como um todo, acrescentaram **8 novas ações**, com todos os demais elementos a elas relacionados, além de um novo Objetivo no Eixo 6.

GRÁFICO 52. RELAÇÃO DE INCLUSÃO DE ELEMENTOS E RESPONSÁVEIS



3.3.4. DAS MOTIVAÇÕES PARA INTERVIR

A partir das reuniões individualizadas realizadas com os responsáveis e do conjunto de dados fornecidos através do Instrumental de Avaliação, conforme apresentado no QUADRO 1, tornou-se possível identificar os principais problemas que motivaram as propostas de intervenção, bem como quais foram as soluções adotadas para correção.

Da análise dos elementos e da busca pela relação entre eles, identificou-se que dentre os principais problemas que motivaram as intervenções estão aqueles de ordem estrutural, que afetam diretamente o alinhamento entre os elementos do Plano de Ação, ou seja, fragilidades na relação objetivo-ação-meta-prazo de execução-indicador.

Dentre estas fragilidades, foram encontrados elementos inadequados entre si, que compreendem aqueles que se mostraram deficientes em relação a outro elemento, ou seja, atendiam de modo insuficiente ou, em último caso, não atendiam os demais elementos da relação. Isto ocorre, por exemplo, quando o indicador não tem relação com a meta, ou seja, não é capaz de mensurá-la ou quando a meta prevê algum verbo de difícil²⁴ ou impossível²⁵ mensuração. Além desta falta de sintonia entre os elementos, verificou-se a existência de elementos que se confundiam entre si, tal como a previsão de Ações que deveriam ser, na realidade, metas e vice-versa.²⁶

Analisando a relação entre os elementos, também foram encontrados elementos que necessitavam de complementação, compreendidos como aqueles que, embora adequados com os demais elementos, ainda estavam incompletos, como é o caso, por exemplo, de indicadores adequados para mensurar as metas, mas que não as contemplavam de modo integral. Esta fragilidade também ocorreu em casos de metas que exigiam o aumento/redução de determinado fator, enquanto o indicador não previa um comparativo com anos anteriores. Em alguns casos a complementação foi realizada com a inserção de novos indicadores para que fosse possível mensurar a meta em sua integralidade.

Ainda em relação ao alinhamento entre elementos, viu-se que algumas metas careciam de indicadores complementares ou esclarecimento de sua redação, para identificar o que realmente se pretendia.

Considerando as diversas modificações ocorridas na realidade vivenciada por cada um dos responsáveis, muitas intervenções foram realizadas para atualizar a situação

²⁴ As propostas n.º 1, 3 e 8 do TJPR são exemplos disso, em que o termo “sensibilizar” foi substituído, mediante justificativa neste sentido: “A meta original prevê um verbo de difícil mensuração, entendendo-se melhor torná-lo mais específico.”

²⁵ As propostas n.º 17 e 18 apresentadas pela SESA são exemplos disso, em que se propôs a alteração da meta, retirando-se o verbo “motivar”, por não ser passível de mensuração.

²⁶ A proposta n.º 2 apresentada SEET é exemplo disso, conforme se vê da justificativa: “Adequar a ação original ao real objetivo, visto que as ações 3, 4 e 5 se configuram como metas da ação propriamente dita de controle da obesidade, assim, foram reunidas em única ação.”

originalmente prevista no Plano Decenal. Isto porque alguns elementos do Plano de Ação não eram mais utilizados, a capacidade operacional havia mudado, o planejamento estratégico havia sido redirecionado ou, também, houve alteração de alguma competência, seja entre os próprios responsáveis ou entre entes federativos. A partir daí realizaram-se atualizações das nomenclaturas não mais utilizadas, como o nome de Programas, Ações e etc., para que fossem identificadas pelo nome do serviço prestado.²⁷

Algumas das fragilidades encontradas tocam a questão orçamentária dos responsáveis, no sentido de que esta impunha algumas restrições. Com a ausência de recursos, a operacionalização de determinados projetos, parcerias e ações restou frustrada, motivo pelo qual foram realizadas intervenções neste sentido.

Outro problema também identificado pelos responsáveis envolveu a adequação do prazo de execução das ações e, também, como consequência, do prazo de monitoramento. De acordo com as justificativas apresentadas, estas adequações ocorreram diante da ausência de tempo suficiente para a execução das ações complexas e da necessidade de adequar o prazo a capacidade operacional e planejamento do responsável.²⁸

A avaliação também oportunizou a apresentação de propostas de alteração de responsabilidade pelas ações entre um e outro responsável, a inclusão ou exclusão de novos responsáveis e corresponsáveis, bem como a adequação do nome ou sigla que os representava.²⁹

Neste contexto, foram realizadas adequações na responsabilidade das ações, para que os efetivos responsáveis constassem como titulares delas. Esta medida se mostrou necessária pois as atribuições por determinadas Políticas Públicas específicas sofreram alterações desde o início da vigência do Plano Decenal, como, por exemplo, as Políticas relacionadas ao trabalho, emprego, renda e socioeducação, que pertenciam a SEDS, e passaram a integrar a estrutura organizacional da SEJU. Para tanto, as justificativas apresentadas encontraram amparo nas Leis Estaduais n.º 18.374/2014 e 18.778/2016.

27 A exemplo, a proposta n.º 18 apresentada pela SESA segue com a seguinte justificativa: “O indicador foi readequado à nova meta, retirando-se o nome “Rede Cegonha (RC)”, passando o indicador a ser redigido da seguinte forma: “Percentual de maternidades ou hospitais da **Rede Materno-infantil do Estado**.” Assim também as propostas n.º 7 e 15 da SEET, que seguem assim justificada: “Adequar o objetivo à nova Política de Esportes do Paraná, observando a concepção do Sistema Esportivo Estadual.”

28 Exemplo pontual de adequação de prazo pode ser visto na proposta n.º 5 da SEET, em que alterou o prazo de execução de “2014-2023” para “Anual”, conforme justificativa: “Necessária a adequação do prazo, considerando que os Jogos Escolares do Paraná são realizados anualmente.”

29 Durante a fase de apresentação de propostas, surgiu a necessidade de realizar a articulação entre todos os responsáveis que apresentaram propostas de alteração de responsabilidade. Isto porque para determinado responsável receber uma ação de outro responsável, esta proposta deveria constar também em seu instrumental, e não apenas no do proponente que deixaria de ser responsável. Com isso, surgiram diversas situações de transmissão de responsabilidade. (Por exemplo: “A” propõe que sua ação passe para “X”. “A” propõe que a ação de “X” passe para “Y”. “A” propõe que “X” integre a responsabilidade de sua ação).

Alterações semelhantes ocorreram em relação as ações vinculadas à Guarda Mirim do Paraná, que passaram da SEDS para a SEED, com fulcro no Decreto Estadual n.º 3871/2016 e também da SEES e SETU para a SEET, de acordo com a Lei 17.745, que extinguiu essas primeiras e unificou suas atribuições nesta última.

Para além destas motivações, também foram realizadas intervenções para o fim de corrigir erros ortográficos, facilitar a leitura da redação e corrigir expressões que não são mais usualmente utilizadas.

Por fim, diversas intervenções foram realizadas sob a justificativa de adequação à outros Planos de Políticas Públicas, a fim de que o Plano Decenal esteja em harmonia com todas as previsões externas a ele próprio, sejam elas relacionadas a Planos já extintos ou ainda vigentes.

Para exemplificar, destacam-se as alterações realizadas nas propostas 1 e 8 da SESA, em que foram realizadas intervenções no sentido de adequar alguns elementos do Plano de Ação do Plano Decenal ao que foi pactuado no Plano Estadual de Saúde (PES). Ainda outro tópico que merece destaque, como exemplo, foram as intervenções realizadas para contemplar as previsões contidas no Plano Estadual de Enfrentamento às Violências contra Crianças e Adolescentes (2010-2015).³⁰

³⁰ Propostas 2, 5, 6, 7, 8, 9 e 56 da SEDS e 1, 8, 23, 25 e 29 da SESA.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O processo de monitoramento e avaliação do Plano Decenal oportunizou a realização de uma cuidadosa análise dos elementos do Plano de Ação, para identificar as fragilidades que minavam a efetiva execução de determinadas ações, apontando quais deles precisavam ser melhorados e quais áreas mereciam especial atenção. Para isso, o processo contou com a participação de diversos atores e envolveu verdadeiro esforço para superação das dificuldades enfrentadas pelos responsáveis na execução das ações.

Diante dos problemas identificados, como as inconsistências encontradas na estrutura de elaboração do Plano de Ação e a limitação dos dados disponíveis para as atividades de monitoramento, especialmente por estarem circunscritos aos 2 (dois) primeiros anos de vigência do Plano Decenal, este momento reflexivo oportunizado pelo processo de monitoramento e avaliação priorizou a realização de uma reflexão interna entre todos os envolvidos, atendendo, com isso, a necessidade emergente do Comitê, conforme estratégia por ele definida. Faz-se oportuno lembrar, também, que a análise relativa aos avanços trazidos com o Plano Decenal poderá ser verificada, especialmente, com a atualização do Marco Situacional, reservada para a Avaliação Final, em 2023.

Muito embora tenha sido criado fluxo específico para a realização do processo de monitoramento e avaliação do Plano de Ação, deve ser lembrado que este processo teve origem no início da vigência do Plano Decenal. Este trabalho, portanto, começou com o enfrentamento das dificuldades que surgiram durante o acompanhamento das ações de 2014. Em 2015 não foi diferente, quando foi inserido no instrumental de acompanhamento coluna específica para a inserção de apontamentos sobre as fragilidades encontradas. Assim, tornou-se claro desde o início da vigência do Plano Decenal, através de Relatórios de Acompanhamento, a necessidade de realizar o contínuo alinhamento dos elementos do Plano de Ação, sobretudo entre objetivo, ação, meta, prazo de execução e, principalmente, indicador.

Neste ano, pela primeira vez, foi possível adequar os elementos à realidade vivenciada por cada um dos responsáveis, remodelando, inclusive, o perfil de determinadas ações de acordo com a prática atual. Os trabalhos realizados identificaram diversos fatores que dificultavam e, em alguns casos, impossibilitavam a compreensão clara dos elementos. Como consequência, a própria execução das ações restava prejudicada.

Alguns fatores, como a mudança de atribuições por determinadas Políticas Públicas específicas, embaraçaram a lisura na execução de certas ações, neste caso, notadamente, diante da dissonância entre a responsabilidade formalizada no Plano de Ação e a realidade atual. Com isso, considerando que este foi um dos motivos para o decréscimo

no desempenho dos responsáveis na execução das ações de 2015, surge a expectativa de que, com a adequação das responsabilidades, o Relatório de Acompanhamento de 2017 possa retratar um avanço neste sentido.

Esta expectativa surge, também, a partir do esforço empreendido para solucionar outras fragilidades encontradas. Além dos problemas relacionados à responsabilidade das ações, também foram identificados outros problemas que motivaram a apresentação de propostas de intervenção, como aqueles de ordem estrutural nos elementos, os relacionados aos prazos de execução, dificuldades que tocam a capacidade operacional, o afastamento entre o planejamento previsto no Plano Decenal e outros Planos de Políticas Públicas, dentre outros que foram pontuados no presente Relatório.

Diante deste cenário, foram realizadas diversas intervenções, com a reformulação dos elementos do Plano de Ação e o acréscimo de novos elementos. As 194 propostas efetivaram, de modo pontual, 563 intervenções, além da inclusão de 97 elementos. Através delas, foram apresentadas e discutidas as soluções para as fragilidades encontradas. Dentre elas, estavam o remanejamento de responsabilidades, a remodelagem e alinhamento de elementos, a adequação de ações e metas à atual capacidade operacional dos responsáveis, envolvendo, com isso, a disponibilidade orçamentária, a harmonização das Ações com outros Planos de Políticas Públicas e etc.

Com a compilação dos dados, tornou-se visível como 20% do Plano de Ação foi afetado, como as intervenções foram distribuídas pelos 6 Eixos e, ainda, qual a natureza de cada uma delas. O volume, natureza e motivação das intervenções realizadas, reveladas através deste percentual e dos demais dados detalhados neste Relatório, devem servir para o aprofundamento da reflexão envolvida no processo de monitoramento e avaliação, no sentido de que cada responsável avalie quais intervenções foram realizadas por razões alheias à sua vontade e quais delas eventualmente se originaram da má formulação original dos elementos.

Muito embora a implementação de um planejamento de longo prazo envolva diversos desafios, esta reflexão também serve para destacar o comprometimento assumido pelos responsáveis com a execução das ações e, com isso, a efetiva transformação da realidade. Neste contexto, reforça-se a importância do contínuo acompanhamento da execução das ações, bem como a necessidade de haver técnico ou a composição de equipe por cada responsável capaz de identificar durante o andamento das atividades quais ações carecem de ajustes e quais devem ser mantidas. Além disso, o acompanhamento contínuo envolve o esforço de evitar a constante alteração de representação dos responsáveis perante o Comitê, sobretudo diante da complexidade das atividades de acompanhamento e avaliação, reguardando-o, assim, do eventual distanciamento dos

responsáveis.

Os trabalhos envolvidos no processo de monitoramento e avaliação exigiram esforços dos responsáveis, na medida em que tinham de discutir as dificuldades e propostas dentro de sua organização estrutural, articulando diversos setores, coordenações e áreas específicas, além do diálogo com outros responsáveis no alinhamento de ações que devem ser realizadas em conjunto. Com isso, o processo também proporcionou o amadurecimento de todos os envolvidos, conferindo aos responsáveis a chance de realizar, de forma transparente, as correções indispensáveis à efetiva implementação de determinadas ações do Plano de Ação, aproximando-as de sua realidade.

O Plano Decenal é fruto de um trabalho conjunto e integrado, com o comprometimento de diversos atores. Assim, para assegurar que não houvesse qualquer retrocesso social, antes de serem efetivamente implantadas no Plano de Ação, as propostas de intervenção receberam a chancela do Comitê, que, reunido nos dias 09 e 16 de novembro de 2016, aprovou a versão preliminar deste Relatório. Nestas reuniões o Comitê inseriu contribuições e ressalvas que deveriam ser reavaliadas pelos responsáveis. Em seguida, o Relatório preliminar aprovado deverá ser submetido a análise e aprovação do CEDCA/PR. Nesta ocasião deve ser considerado que eventuais propostas de intervenção apresentadas após a conclusão deste Relatório podem não estar computadas nos dados por ele apresentados.

Considerando a dinâmica envolvida na implementação de um plano decenal e as variantes trazidas pelo decurso do tempo, os trabalhos de monitoramento e avaliação realizados não servem para esgotar os apontamentos em relação às fragilidades encontradas. Por isso, o esforço efetivo e contínuo para a superação dos problemas e dificuldades não deve se restringir ao momento de monitoramento e avaliação do Plano de Ação, mas deve se estender durante o acompanhamento da execução das ações. Com isso, o próximo processo de monitoramento e avaliação, previsto para o ano de 2018, poderá sanar as dificuldades encontradas, tornando o Plano de Ação, novamente, alinhado e próximo da realidade vivenciada por cada um dos responsáveis do Plano Decenal.

Este é o relatório.

Curitiba, 06 de dezembro de 2016